FRAGMENTE

REVISTA ESCOLAR DE FILOSOFIA E PSICOLOGIA

Publicação Anual Nº 10 - Maio 2018 - Preço: 2€ - Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho - ISSN 2182-6323

MAIO 2018

Publicação Anual
Maio de 2018

Matilde Shaw

FRAGMENTE

Revista Escolar de Filosofia e Psicologia

Ficha Técnica

Colaboram neste Número:

Afonso Cyrne, Alfredo Natal, Amaro da Silva, Carolina Marçal, Catarina Bulhões, Catarina Rufino, Diana Guerra, Érica Gomes, Filipe Pereira, Francisco Marques Guedes, Gesiel Santos, Gustavo Santos Braga, Joana Alves, João Barreiros C. Rodrigues, Luzia Lambuça, Maria Inês Lourenço, Mariana Reynolds, Matilde Castro, Miguel Mauritti, Raquel Caetano e Tiago Marquês.

Imagens: Adriana Proença, Afonso Araújo, Alice Derriça, Ana Costa, Ana Ferreira, Ana Margarida Rebolo, Ana Rita Dias, Ana Sofia Figueira, Ana Velez, Anabela Rodrigues, André Sousa, Andreia Reis, Andressa Meicasa, Ângela Aguiar, Beatriz Borges, Beatriz Pinto, Beatriz Ramos, Beatriz Trindade, Bruna Carvalho, Cláudia Grilo, Catarina Pinto, Catarina Rufino, Daniela Afonso, Daniela Costa, Daniela Marques, Diana Cardoso, Diana Gonçalves, Diogo Silva, Ema Gonçalves, Gustavo Pinho, Ingrid Muniz, Isabel Gomes, Izabelli Pincelli, Joana Matos, João Mota, Laura Rua, Leonor Coelho, Margarida Pinheiro, Maria Correia, Maria Ana Rafael, Maria Francisca Timóteo, Maria Inês Lacerda, Marta Ernesto, Marta Roque, Matilde Shaw, Nuno Nogueira, Oleksiy Odintsov, Pedro Barreiros, Pedro Mendes, Raquel Alfaiate, Rita Malagueiro, Sophia Melo, Talita Mendes, Tânia Monteiro e Teresa Lozano.

Capa e Contracapa:
Imagens digitalmente tratadas a partir de uma maqueta elaborada por Ana Velez e Beatriz Borges para a ópera «Les Contes d'Hoffmann», composta por Jacques Offenbach.

Fotografias e Grafismo: João Soares Santos

Redação: Rua Rodrigo da Fonseca, 115 - 1099-069 Lisboa - Tel. 21 384 19 10 / 21 384 19 18 - **Fax:** 21 386 39 85 **E-mail:** esmavc@mail.telepac.pt

Diogo Silva

Sumário

Ema Gonçalves

Director:
Amaro Carvalho da Silva
Conselho Editorial:
Professores de Filosofia e Psicologia da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
Coordenadores:
Amaro Carvalho da Silva
Alfredo Natal
Paula Pires
Coordenadores Setoriais:
Amaro Carvalho da Silva
Ana Anahory
Ana Goulart
Carlos Marques
Luís Goucho
Paula Pires

Impressão: Matriz Radical - Impressão e Soluções Digitais, Rua 1.º de Maio, n.º 2 - Loja A - 2695-728 São João da Talha
Tel. 219 559 154 e-mail: geral@matrizradical.pt
Tiragem: 150 Exemplares

Capas da Fragmente: Nº. 1 a 3

FragmentApresentação

Alfredo Natal

Amaro da Silva

Na Calábria, no começo de um novo dia e possivelmente no ponto mais alto de Crotona ou nalguma habitação mais recatada, um grupo de homens e mulheres prepara-se para saudar o amanhecer. Estão todos vestidos de branco, nada têm de seu pois tudo o que possuíam foi entregue ao grupo, no momento em que por ele foram aceites; fizeram anos de silêncio absoluto, são vegetarianos, entregam-se à meditação e, naquele novo raiar de luz, não é de estranhar que, em uníssono, repitam as máximas que o mais respeitado de entre eles os fez memorizar na forma de perguntas! Entre elas...

"O que é o mais justo? Sacrificar."

"O que é o mais sábio? O número"

"O que são as ilhas dos Bem-Aventurados? O Sol e a Lua."

"O que é o oráculo de Delfos? A tetractis.!"

Tetractis! Dez – o número da perfeição para Pitágoras, o mais respeitado filósofo do seu tempo; o resultado da operação 1 + 2 + 3 + 4 = 10! A representação geométrica deste número era dada por um triângulo equilátero que se encontra representado no célebre quadro de Rafael "A Escola de Atenas", símbolo esse postado em frente do seu autor – Pitágoras, o filósofo que, fugido da sua Samos natal, desenvolveu o pensamento e criou, em Crotona, a "seita", o grupo, a que nos referimos no início deste texto.

A que vem tudo isto?

Nós também acabamos de chegar à nossa perfeição da décima edição da *Fragmente*! Para Pitágoras o número 10 tem um valor especial por ser a base da contagem (Década) e os 4 primeiros números-ponto tinham uma correspondência material, formando uma figura simbólica em triângulo equilátero – Tetractis da Década –, perante a qual, diz a tradição, os pitagóricos prestavam juramento.

É interessante ver este simbolismo no atual n.º 10 da Fragmente que é uma etapa cumprida; significa que a *Fragmente* foi parte na vida da escola durante uma década e sem interrupções. Com esta publicação encerramos um ciclo, um percurso de uma década. É caso para lembrar e celebrar!

Começámos timidamente, em 2009, mas com uma grande ambição: queríamos uma revista inteiramente elaborada pelos alunos. O desafio foi feito a todos os alunos das disciplinas do grupo de Filosofia para que escolhessem o nome da revista, elaborassem textos, produzissem ilustrações e projetassem a capa da revista.

O caminho iniciou-se com um 1.º número em que, por falta de apoios, a impressão da capa a cores foi feita no Centro de Cópias Arco Íris e o miolo a preto e branco foi graciosamente impresso na Coimbra Editora. A tiragem foi de 300 exemplares. Os dois números seguintes seguiram o mesmo figurino com textos, ilustrações e capa da responsabilidade dos alunos, com o 3.º número a sistematizar todas as iniciativas do grupo de Filosofia – Projeto Círculo das Ideias – como sejam: revista *Fragmente*, Concurso Filosófico e Blogue. A partir desta altura aumentaram os apoios à edição da *Fragmente*, concretamente da Associação de Pais (APESMAVC).

O n.º 4 - de 2012 – assinalou um salto qualitativo: é a revista das primeiras Olimpíadas Nacionais de Filosofia; passou a ter existência legal com ISSN (2182-6323) e Depósito Legal (345006/12); a capa passou a ser elaborada por um professor da área das Artes. No entanto, a *Fragmente* continuava a preto e branco e com ilustrações dos alunos.

A partir do n.º 5 contou com o contributo dos alunos de Artes e a colaboração do professor João Soares Santos que passou a elaborar a capa até ao presente número e a responsabilizar-se pela paginação e ilustração a partir dos trabalhos dos seus alunos de Artes. A cor total, capa e miolo, só viria com o n.º 6 – mantendo-se até hoje – uma vez que a Junta de Freguesia de Campolide e a Junta de Freguesia de Avenidas Novas emparceiraram com a Direção da escola e a Associação de Pais no apoio à *Fragmente*.

Desde o número 5 que, a par da edição em papel, é disponibilizada na internet uma edição digital a qual tem, até ao momento, mais se 600 downloads.

Mantendo-se a mesma estrutura dos números anteriores, com conjuntos de textos por especialidade (Filosofia, Ciência Política e Psicologia), o presente n.º 10 começa pelos dois textos de alunos que são ensaios vencedores, na ESMAVC, da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia que se realizaram em Lagos (Agrupamento de Escolas Júlio Dantas); seguem-se três artigos bastante interessantes sobre aspetos do pensamento de Descartes e do pensamento científico; depois temos artigos sobre o problema do sentido da existência, diferentes perspetivas filosóficas sobre Igualdade, Equidade e Justiça, Direitos Humanos e Diálogo Intercultural, Coisas de Mulheres e Filosofia e Retórica. Sem estar combinado, aparece então um texto intitulado "A Música e a sua Filosofia" onde Pitágoras naturalmente nos aparece. A Esquizofrenia, a Inteligência Intrapessoal e um confronto entre Humanismo e Psicanálise constituem a parte da Psicologia.

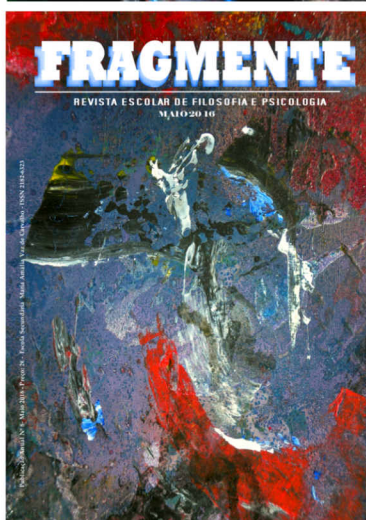
É assim que, até hoje, a revista Fragmente é a voz ou, como agora se diz, é uma "evidência" do que se tem feito no grupo de Filosofia e em muita da sua atividade com e para os alunos. Por tudo isso renovamos aos leitores o desejo de uma leitura número dez!

I
I I
I I I
I I I I
X

Os Textos e suas Ilustrações

Desde o n.º 5 que a revista *Fragmente* vem sendo ilustrada com trabalhos de alunos dos cursos de Artes das turmas do professor João Soares Santos. Esta colaboração das Artes com a Filosofia, Ciência Política e Psicologia para a edição da revista foi decidida pelos professores de Filosofia uma vez que são estes, formalmente, os responsáveis pela *Fragmente*. Esta abertura da revista às Artes foi entendida pelos seus responsáveis com uma abertura a uma colaboração interdisciplinar com um campo aberto para o debate entre imagem e texto. Campo aberto, sim, para quem o quiser usufruir pois o trabalho poderá ser intenso, prolongado e polémico.

Devido ao trabalho intenso requerido para uma elaborada ligação entre texto e imagem, realizado ao longo do ano letivo e, em princípio, inserido num projeto devidamente assumido e aprovado, tem sido prática entregar-se os textos para ilustração ao colega João Soares Santos e, posteriormente, pertencido ao grupo de professores de Filosofia e aos alunos-autores dos textos fazer-lhe a crítica devida na chamada "revisão de provas".

Capas da Fragmente: Nº. 4 a 6

Capas da Fragmente: Nº. 7 a 9

E assim tem funcionado muito bem todo o trabalho de edição de uma revista com ISSN e Depósito Legal e assim, também, se tem concretizado um projeto interdisciplinar que publica trabalhos inéditos dos alunos e faz deles "autores" formais. E até se poderá ter o atrevimento de dizer que a *Fragmente* está a publicar os primeiros trabalhos de futuros "grandes" autores!

Como se tem procedido à ilustração dos textos da *Fragmente*? Quais os critérios seguidos? De que trabalhos de Artes se trata? A imagem usada na ilustração só terá sentido se se encaixar na temática do texto? Ilustração como decoração ou complemento? A imagem como ampliação de sentido e de questionamento? Que tipo de adequação (literal, simbólica, crítica)?

Questionado sobre este assunto, o colega João Soares Santos refere:

«Todas as ilustrações publicadas na *Fragmente* são realizados pelos alunos de Artes nas disciplinas de Desenho, Oficina de Artes e Oficina de Multimédia e estão identificadas. As fotografias dos trabalhos e tratamento dos registos visuais foram realizadas por mim. Os materiais usados são muito variados: grafites, aguarelas, acrílicos, óleos, recortes de revistas, gesso, software de tratamento digital de imagem, etc. Estes trabalhos resultam de exercícios com um enunciado específico para cada disciplina. Os temas desses trabalhos são escolhidos pelo professor tendo em consideração as exigências programáticas definidas pelo Ministério da Educação. Nas disciplinas em que se produziram os trabalhos há o intento formador de contribuir para o aluno enriquecer, saber processar e substantivar as suas inteligibilizações da realidade através de manifestações diversificadas. Promovendo e desenvolvendo contextos propícios para pesquisas de âmbito transversal, o professor suscita problematizações, percursos criativos e intercâmbios. Propondo e favorecendo métodos e estratégias de analisar, abordar, reflectir, expressar, colaborar e relacionar, este está ciente e sensibiliza os alunos para a multidimensionalidade e complexidade das experiências estéticas, comportamentos artísticos e inerentes interpretações da realidade bem como para o potencial expressivo das ferramentas e meios de tratamento e criação de material plástico para Multimédia, Desenho e Oficina das Artes, nas suas diferentes vertentes e especificidades. Através de exercícios, os alunos deverão ser incentivados a obter proveitos da actividade intelectual, a procurar respostas expressivas concretas, a tomar atitudes críticas, a depurar a capacidade de apreciar e de argumentar acerca do seu comportamento criativo e o dos colegas.

Posteriormente, os trabalhos são devidamente selecionados e adequados aos textos da revista *Fragmente* para as áreas da Filosofia, Ciência Política e Psicologia. Essa conexão quase sempre não é literal ou óbvia. A imagem é usada para complementar o texto. A escolha é feita pensando na imagem como uma abertura do texto a associações mais amplas ou como uma pontuação ou acentuação do mesmo para planos de compreensão que não ficam circunscritos ao conteúdo escrito. Fundamentada no texto, a escolha da imagem pode, por exemplo, servir como acréscimo irónico, como metáfora ou como extensão retórica de outra natureza, procurando estabelecer uma leitura mais plena ou abrangente da relação entre as duas expressões envolvidas.

Certamente que a qualidade estética da imagem é importante para a sua seleção. Essa qualidade envolve o modo como se processaram as operações mentais a partir de um tema ou motivo ao longo de um processo, o resultante poder evocativo ou sugestivo que esta tem e o domínio das técnicas necessárias para a sua execução ser convincente e servir o melhor possível uma mensagem plástica. Os temas dados pelo professor estimulam os alunos a desdobrarem o pensamento, ligando conhecimentos de diferentes áreas.»

Olimpíadas de Filosofia 2018

Amaro da Silva

Como em todos os anos anteriores de realização das Olimpíadas Nacionais de Filosofia (ONF), a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (ESMAVC) inscreveu dois alunos em sua representação. Apesar de tudo planeado, no dia da partida para Alcácer do Sal, 13 de abril, os dois alunos selecionados não compareceram e por isso a ESMAVC não teve representantes nas ONF deste ano.

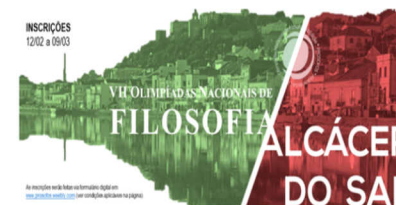
A VII edição das ONF decorreu nos dias 13 e 14 de abril no Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal e nela se inscreveram as seguintes escolas:

Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco; Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal (Anfitriã); Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques; Agrupamento de Escolas D. Dinis; Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros; Agrupamento de Escolas de Trancoso; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares; Agrupamento de Escolas Dr.ª Laura Ayres; Agrupamento de Escolas Gil Vicente; Agrupamento de Escolas Ibn Mucana; Agrupamento de Escolas Júlio Dantas; Agrupamento de Escolas Nuno Álvares; Agrupamento de Escolas Raul Proença; Colégio Campo de Flores; Colégio de São Miguel; Colégio Guadalupe; Colégio Pedro Arrupe; Colégio Valsassina; Escola Artística António Arroio; Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira; Escola Secundária António Damásio; Escola Secundária D. Pedro V; Escola Secundária Damião de Goes; Escola Secundária de Camões; Escola Secundária de Montemor-o-Novo; Escola Secundária de Moura; Escola Secundária do Cartaxo; Escola Secundária do Restelo; Escola Secundária Dr. Bernardino Machado; Escola Secundária Dr. Ginestal Machado; Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves; Escola Secundária Henrique Medina; Escola Secundária José Belchior Viegas; Escola Secundária Lima-de-Faria; Escola Secundária Luís de Freitas Branco; Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes; Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho; Escola Secundária Tomaz Pelayo; Escola Secundária Vergílio Ferreira; St. Peter's International School.

Participaram cerca de 80 alunos representando cerca de 40 escolas de todo o país.

Os vencedores das VII ONF foram os seguintes:
Medalha de Ouro:
João Afonso Miguel Teixeira de Mendonça (Colégio Pedro Arrupe - Lisboa);
Medalha de Prata:
Álvaro Henrique Reis Fontes Ramos Lopes (Escola Sec. de Montemor-o-Novo);
Medalha de Bronze:
Maria Inês Lopes Vales (Escola Artística António Arroio - Lisboa).

Representarão Portugal na XXVI edição das Olimpíadas Internacionais de Filosofia, a realizar em Bar (Montenegro) nos dias 25 a 27 de maio de 2018, os medalhados com ouro (João Mendonça) e prata (Álvaro Henrique Lopes) nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizadas em Alcácer do Sal.

Fonte: Informações e imagens retiradas de: https://d.facebook.com/prosofos/?__tn__=C-R

Rita Malagueiro

Beatriz Pinto

Uma Crítica ao Utilitarismo e a outros Sistemas Éticos

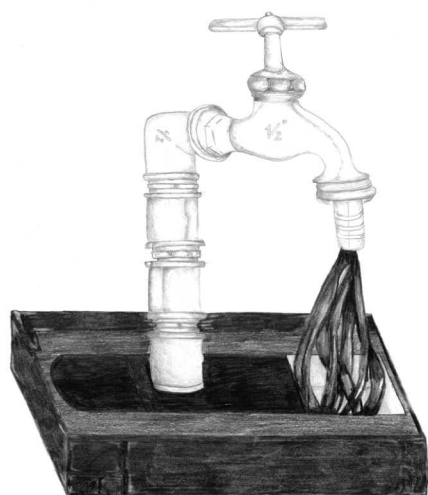
Tópico 2: «Será que um ato moralmente correto é aquele que, de uma perspetiva imparcial, resultará nas melhores consequências?»

Miguel Mauritti

Texto realizado nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia 2017 que decorreram em Lagos – Escola Secundária Júlio Dantas.

Ana Sofia Figueira

A disciplina da Filosofia que trata o tipo de questões como aquela que foi apresentada, acerca do que tem um valor moral, imoral ou amoral, é a Ética, um ramo do pensamento no qual várias escolas se encontram, cada uma com as suas próprias argumentações e as suas próprias conclusões, por vezes em conflito com as conclusões de outras e por vezes complementando-as.

Ao afirmar, como a questão sugere, que um ato moralmente correto é um que tem como consequência as melhores consequências seria, essencialmente, seguir a doutrina da escola utilitarista, embora possa haver umas diferenças entre o pensamento de Stuart Mill e aquele que é proposto no tópico. Talvez, portanto, num estudo da Ética, seja ideal começar por examinar o utilitarismo, determinar os seus argumentos e conclusões e ver quanto se assemelham ao enunciado e, depois, partir para outras escolas éticas.

A doutrina utilitarista começou a ser trabalhada no século XIX, um período de intensa mudança, de revoluções políticas que mudaram os paradigmas sociais e de poder, destruindo o poder dos autocratas do Antigo Regime, e trouxeram ao poder uma burguesia liberal, mas também, numa fase posterior, o proletariado industrial. Esse tem origem também no início do século XIX, com a Revolução Industrial que alterou o centro económico da agricultura rural para a indústria urbana, trazendo grandes mudanças nos estilos de vida e nos centros de poder.

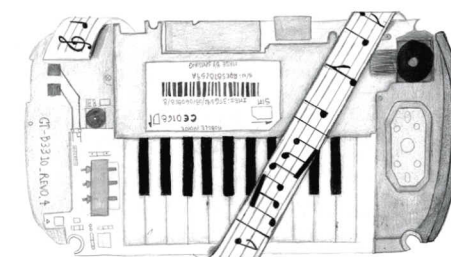
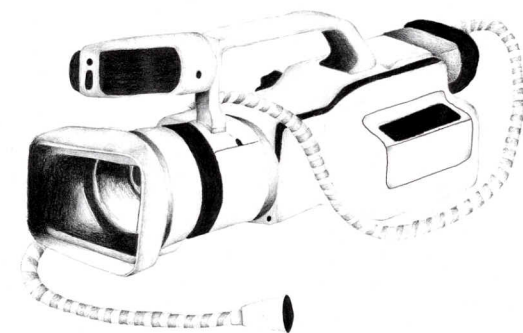
Anabela Rodrigues

Uma das grandes questões do século XIX, uma que veio a ser discutida ao longo de todo esse século com maior seriedade, depois de já ter sido levantada anteriormente, era em relação à escravatura. Um regime laboral visto como desnecessariamente bárbaro, cruel e desumano, o declínio deste com o abolicionismo que ocorreu ao longo do século XIX trouxe consigo uma retórica que apelava à felicidade e dignidade humana como justificação para os seus argumentos. É neste contexto que surge o utilitarismo. Para o utilitarismo, a qualidade moral de uma ação humana é proporcional ao seu contributo para o bem maior, que os utilitaristas definem como um estado de bem-estar geral na Humanidade, ou seja, uma ação é considerada moral se contribuir para um aumento do bem-estar geral dos seres humanos, imoral se contribuir para uma diminuição desse mesmo bem-estar e amoral se a sua contribuição para o bem-estar geral na humanidade não afetar esse mesmo bem-estar positiva ou negativamente.

Gustavo Pinho

A primeira questão que deveríamos colocar seria no que consiste esse bem-estar. Os utilitaristas definiram o bem-estar como o prazer sentido por um ser humano; ou seja, que uma ação moral é aquela que aumenta o prazer geral da Humanidade. Foram imediatamente criticados pelos seus oponentes – eles apontaram que o utilitarismo parecia querer apontar para uma supremacia geral do hedonismo e dos prazeres terrenos e decadentes, a gula, a luxúria e a preguiça, e outros comportamentos que, se encorajados, contribuiriam para a decadência e eventual queda da sociedade humana. Os utilitaristas refutaram a acusação acrescentando ao seu pensamento o conceito de prazeres superiores e prazeres inferiores, estabelecendo uma hierarquia que privilegiava sensações como o prazer intelectual e virtuoso em detrimento de prazeres como a gula, que eles acusaram de ser animalescos, afirmando ao Homem a capacidade de se afirmar acima destes e encontrar um maior prazer em procuras mais racionais.

Adriana Proença

Os utilitaristas usaram estes argumentos para justificar as suas campanhas a favor do abolicionismo da escravatura e da emancipação da Mulher; segundo eles, a situação miserável na qual os escravos se encontravam era um grande golpe contra a felicidade maior da Humanidade, conduzindo milhões de seres humanos numa vida de sofrimento e de impossibilidade de qualquer prazer, por muito animalesco que fosse, e, segundo o pensamento utilitarista, essa prática teria de terminar; eles também viam a situação na qual a Mulher se encontrava como

Sophia Melo

impossibilitando uma maior capacidade de atingir os níveis de prazer intelectual e racional de que os utilitaristas falavam; apenas com a sua emancipação, e lhe serem dados direitos como aos homens, que lhe permitiam aumentar esse seu prazer, poderia o bem-estar da Humanidade atingir níveis mais altos.

Uma das principais críticas feitas ao utilitarismo foi este colocar a determinação da moralidade de uma ação nas consequências para o bem-estar geral que esta tenha, e a longo termo também, um valor que, para além de ser muito subjetivo, é impossível de ser verdadeiramente calculado, pelo menos pelo comum ser humano no processo quotidiano no qual este faz a maioria das suas ações.

Claro que este argumento é apenas válido ao pôr em causa a aplicação prática do utilitarismo, não a sua correção moral; no entanto, ao lidar-se com a Ética, a disciplina que estuda a moralidade, parece insensato dizer de uma ação que inadvertidamente cause uma diminuição do bem-estar geral como imoral, principalmente se quem a faz não sabe desta ocorrência, o que seria qualquer caso desse acontecimento. Esta crítica parece apontar uma fraqueza não só do utilitarismo, mas de qualquer sistema que use as consequências de uma ação como o dador do seu valor moral.

Marta Roque

Outra crítica a ser colocada ao utilitarismo seria a consequência da sua aplicação. Parece apropriado, já que este é o fator que a doutrina diz ser o dador da moralidade à ação. Se considerarmos os seres humanos como igualmente capazes de ter prazer com igual custo, então o utilitarismo funcionaria perfeitamente. No entanto, se repararmos que, entre diferentes seres humanos, existem diferentes níveis de prazer a ser obtidos por um igual gasto de recursos, então veríamos que o sistema utilitarista leva a uma realidade algo mais desconfortável.

Maria Inês Lacerda

Façamos a seguinte experiência: dois indivíduos (digamos crianças, que são mais simples nos seus desejos e prazeres do que o comum adulto) são colocados sob o controlo de uma entidade que tem o objetivo de, com um número limitado de recursos (digamos que os recursos são cinco rebuçados), trazer o maior nível de bem-estar geral a essa população de dois. Essas crianças são em tudo idênticas exceto que, ao ser-lhes dado um rebuçado a cada, a criança A tem um aumento de prazer (químico, emocional, o que se preferir considerar pessoalmente como sendo a base do prazer humano) que é o dobro daquele da criança B. Chamemos ao prazer experimentado pela criança B ao receber um rebuçado como 1 unidade de prazer. Ao dar um rebuçado a cada criança, atinge-se um bem-estar geral de 3 unidades de prazer, mas ainda sobram três rebuçados. Dá-se, de novo, um rebuçado a cada criança. O nível de bem-estar geral fica a 6 unidades de prazer, e sobra um rebuçado que ainda pode ser dado. Parece injusto escolher uma criança para receber mais rebuçados do que a outra, mas a lógica utilitarista ditaria que o último rebuçado deve ser dado à criança. Assim, o nível de bem-estar geral sobe para 8 unidades em vez

das 7 unidades caso a criança B recebesse o rebuçado. O utilitarismo apela a uma discriminação de dois indivíduos em prol da sua capacidade de ter prazer.

A situação fica ainda mais assustadora quando nos apercebemos que 8 unidades de prazer não são o valor máximo que pode ser atingido usando os cinco rebuçados; o valor máximo atinge-se quando, em vez de se partilhar os rebuçados, se dessem todos à criança A. O nível de prazer seria de10 unidades, o máximo absoluto para este problema.

Talita Mendes

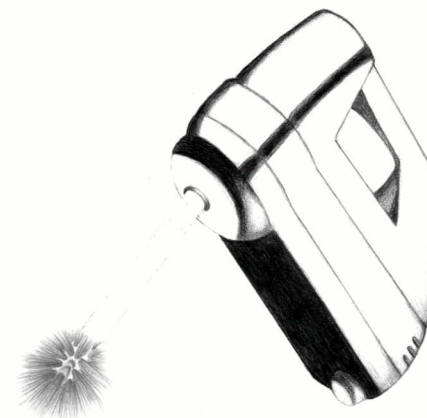
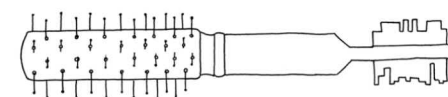
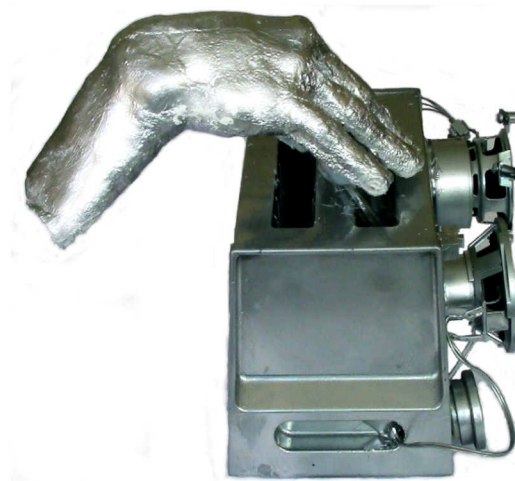
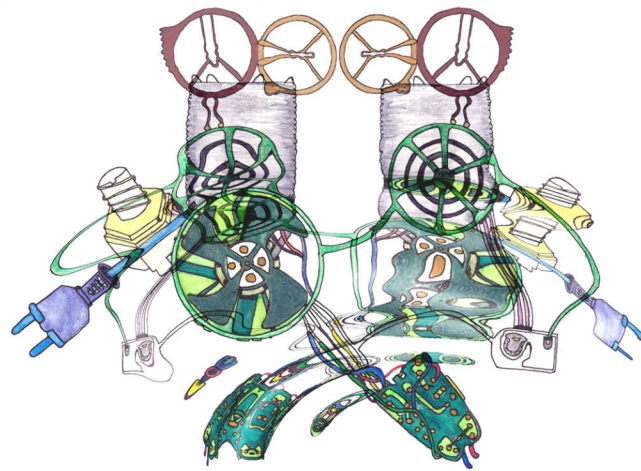
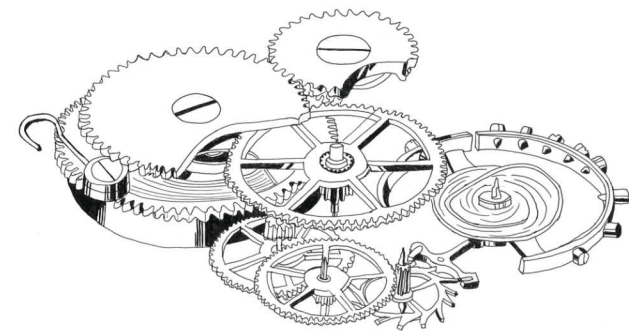
Argumentos de que esta é uma simplificação da matéria não afetam a situação o suficiente para reverter a existência desta discriminação de prazer; mesmo que se argumente que o prazer vá diminuindo com quantos mais rebuçados uma criança obtiver, caso uma delas continue a receber mais do que a outra a cada número de rebuçados, essa continuará a receber um maior número; este é um problema resolvido com otimização, equações matemáticas que apontariam sempre para um maior número de rebuçados para quem tenha maior facilidade no prazer. Argumentar que os rebuçados são prazeres inferiores tem pouco mérito também; dividindo os recursos de "prazeres superiores" por uma população, a mesma discriminação teria de existir. Num mundo em que os recursos são limitados, o que significa a necessária partilha destes, o utilitarismo iria discriminar entre indivíduos em prol do aumento do prazer geral.

Catarina Rufino

Numa escala mais longa do tempo, poder-se-ia mesmo afirmar que uma sociedade utilitarista, com um número limitado de recursos a dividir por um grande número de pessoas, seria ditada pela sua lógica a cometer um genocídio ao matar indivíduos que tenham um menor índice de prazer por recurso para aumentar os recursos e o prazer dos outros, e ao mesmo tempo selecionar artificialmente a Humanidade a produzir descendência cada vez mais produtiva em prazer.

Também deveria ser anunciado que, estatisticamente, existe uma relação comprovada entre uma inteligência elevada e um elevado risco de depressão, uma doença de caráter psicológico que faz, precisamente, diminuir a capacidade de obter prazer por recurso. Uma sociedade utilitarista acabaria por discriminar negativamente e dar menos recursos às suas mentes mais brilhantes; para além de desconfortável moralmente, parece igualmente condenada à decadência, como qualquer sociedade na qual a inteligência é oprimida e, mais tarde, extinta em prol de um conceito ou abstrato ou químico.

Diogo Silva

Responderia, portanto, que um ato moralmente correto não é aquele que resultará nas melhores consequências. Não só parece impossível calcular com qualquer exatidão as consequências dos nossos atos numa perspetiva de bem-maior, mas também me parece que, usando o bem-maior como o dador de moralidade, estaríamos a atribuir valor moral a ações que discriminam seres humanos consoante fatores que estes podem não conseguir controlar (a genética e a nossa atividade neuro-química estão provadas como ligadas ao nosso prazer, e ambas

Ana Sofia Figueira

nos estão algo inacessíveis), uma atividade inaceitável e degradante ao ser humano enquanto indivíduo e à raça humana enquanto coletivo com direitos, dignidades e poder de razão.

Poderíamos, tendo destronado o utilitarismo, considerar as escolas que lhe são rivais, e tentar responder à pergunta que viria a seguir à do enunciado, caso este tivesse um seguimento futuro. O que é, então, um ato moralmente correto?

Para além do utilitarismo, existe um grande número de escolas que poderiam ser consideradas. Poderíamos procurar por entre estas uma que nos pareça mais sólida, ou que nos agrade mais como filosofia de vida.

Adriana Proença

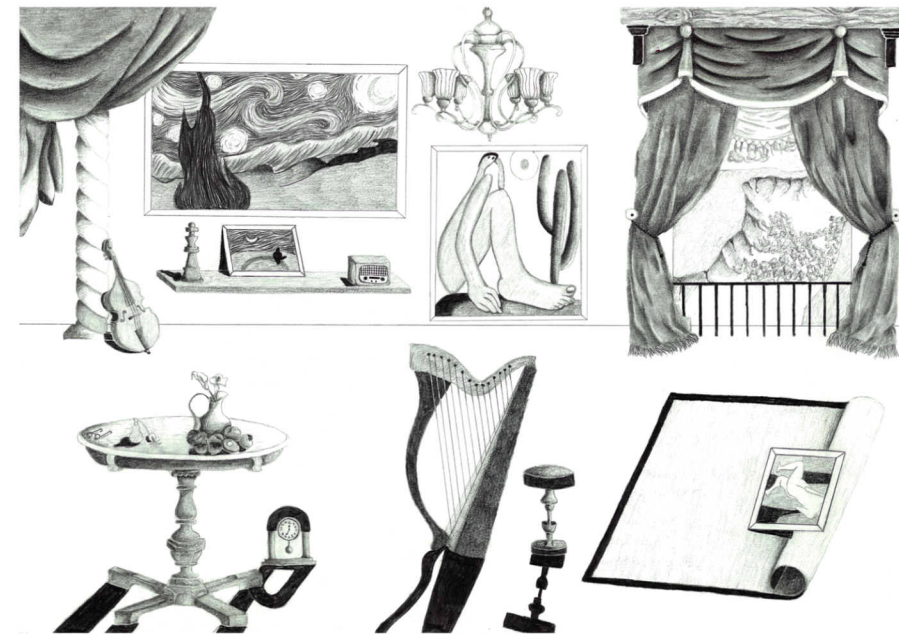
No nosso ensino, a principal escola que é apontada como rival para o utilitarismo é a deontológica, com Kant como seu representante. Para a escola deontológica, o valor moral das ações é-lhe dado com o objetivo que se tinha ao fazê-las. Esta visão parece vencer o primeiro argumento contra o utilitarismo; ao se basear na nossa motivação, algo que é mais acessível do que as consequências a longo-prazo para serem examinadas na ação quotidiana, a deontológica cria um sistema que é de facto acessível para um indivíduo pensar no valor moral das suas ações enquanto reflete se a faria ou não, dando um valor verdadeiramente moral ao indivíduo e à ação, não caindo na amoralidade de estar inconsciente das consequências dos seus atos.

O grande problema da ética deontológica seria atribuir valor moral a qualquer atividade humana. Que qualidade tem uma ação moral que não tem uma ação imoral? O que as distingue? O que atribui cada valor a cada atividade? Para os utilitaristas, a resposta era simples – a distinção está no bem-estar geral da Humanidade. O dador da moral é a sua influência no bem comum.

Kant argumentava que uma ação seria moral se seguisse o seu imperativo categórico – aquele de qualquer ação ser feita pondo o Homem, o próprio ou outro, como o fim dessa ação, como a finalidade de agir e nunca como um meio para atingir um outro resultado. Claro que isso torna complicado certos problemas. Kant provavelmente argumentaria que roubar um pão para dar de comer a uma família em fome seria imoral; no entanto, temos alguma dificuldade em condenar um homem que, em virtude de evitar que as suas crianças morressem de fome, tirasse a um padeiro um pedaço de pão que este nem notaria ter desaparecido. Se o Homem não for o fim de todas as coisas, ou se não o puder ser em todos os casos (no caso do padeiro usa-se um homem como meio para salvar outros humanos), então descemos para um estado de absolutismo moral injustificado, baseado apenas na nossa crença de que os nossos próprios valores estão, acima de tudo, corretos, apesar de não os conseguirmos justificar. Poderíamos argumentar que a moralidade vem de Deus, mas isso apenas levanta outras questões. E a origem da moral não é o problema que

Daniela Marques

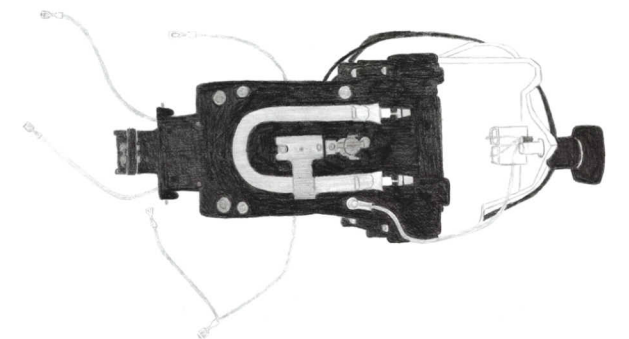
Ema Gonçalves

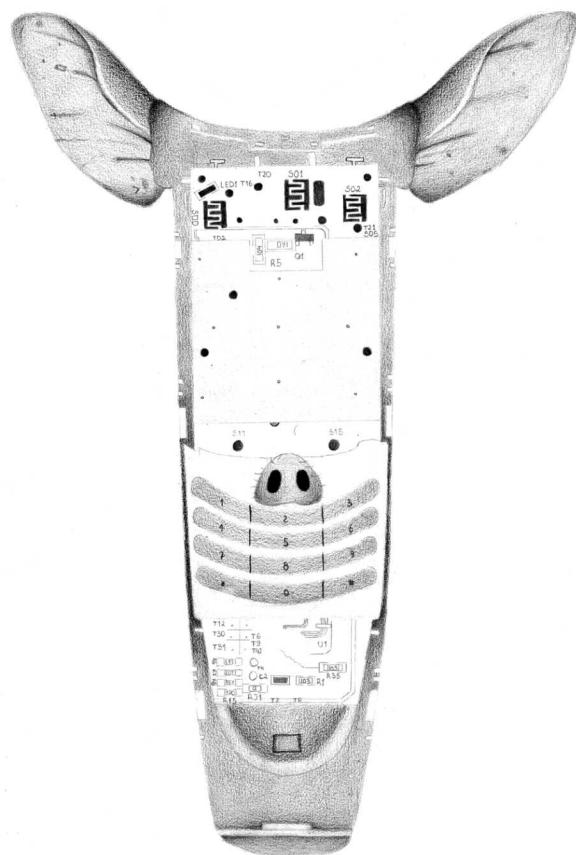
Ana Velez

está a ser tratado aqui, e tenho noção de já estar bastante afastado do tema inicial.

Podemos explorar outras escolas de ética; por exemplo, na Grécia Antiga, a origem de todo o pensamento filosófico ocidental, havia uma escola de filosofia conhecida como o Pórtico, cujos alunos eram os Estoicos. Os Estoicos viam o universo como determinista, mas o ser humano como tendo a liberdade de ter as suas opiniões, reações e de cultivar ou não a sua virtude, a qual levaria a um maior nível da sua felicidade e à sua moralidade.

Portanto, para os Estoicos nenhum ato físico era verdadeiramente moral; deterministas, eles viam qualquer ação, quer por parte da natureza, como dos outros homens como de nós próprios como sendo necessariamente amoral; chamavam a eventos acontecidos por parte do exterior como "indiferentes". Para um Estoico, qualquer ação seria amoral.

Daniela Afonso

O mesmo não poderia ser dito para os nossos pensamentos. Esses, pelo contrário, eram fruto da nossa própria liberdade, e na mente a virtude pode ser cultivada, e apenas a virtude era realmente importante. Para um Estoico, um ato (mental, chamemos-lhe pensamento) seria moralmente correto se trouxesse um aumento da sua própria virtude (isto porque a virtude alheia está fora do nosso controlo, pelo que nos é um indiferente). A virtude, para o Estoicismo, consistia em "viver de acordo com a natureza", isto é, estar ciente da inevitabilidade do destino (o mundo é determinístico, fatal) e, com uso do nosso pensamento, aceitar os eventos que nos afetariam como não tendo de o fazer, e de estarem fora do nosso controlo acontecerem ou não, sugerindo, portanto, reagirmos a eles utilizando a razão e a virtude para os podermos resolver da melhor maneira.

Beatriz Pinto

Matilde Shaw

Portanto, para a escola Estoica, um ato moralmente correto é aquele que, de uma perspetiva própria, resultará num aumento da virtude pessoal. Tem de se ter em conta que, para o Estoicismo, mesmo sabendo-se que somos incapazes de controlar as nossas ações, isso não nos impede de o tentar, e portanto exercer na vida uma atitude de influência positiva, tentando trazer virtude a outros, um aumento da virtude geral (o Estoicismo teve influências nos escritores utilitaristas que são visíveis neste ponto); o que não interessa ao Estoico é se os resultados existem ou não. Deste modo é visível como do pensamento estoico aparecem tanto o utilitarismo como a deontologia; amoralidade está em ter como objetivo aumentar a virtude geral.

Uma escola de pensamento que vê as coisas de um modo radicalmente diferente, de todas aquelas que estudámos até aqui, é a da ética e estética schopenhaueriana, uma doutrina criada na Alemanha no século XIX pelo filósofo Arthur Schopenhauer, uma corrente que incidia sobre o niilismo humano. Schopenhauer era, tal como os utilitaristas, movido pelo sofrimento humano que via no mundo (embora, ao contrário destes, Schopenhauer nunca tenha feito apelo por mudança por estes; o seu envolvimento na política foi de ajudar as forças militares do Antigo Regime a suprimir os movimentos revolucionários em 1848) e via a necessidade de mudança.

Schopenhauer era, no entanto, muito pessimista; para ele, o ser humano era movido por uma Vontade que estaria sempre presente e exerceria sobre o Homem uma necessidade que o superava de sobreviver, prosperar e competir, uma vontade egoísta que impediria qualquer desenvolvimento positivo na Ética humana como um racionalismo em prol do bem comum. Para Schopenhauer, tal façanha era impossível para um ser humano que era conduzido pelo instinto brutal de se mover acima dos outros.

Se os utilitaristas se defendiam contra alegações de colocarem o Homem como incapaz de se levantar de qualidades animalescas, então Schopenhauer defendia essa doutrina; a única diferença que ele via entre o Homem e o animal, ele coloca-a logo no primeiro parágrafo do Livro I da sua obra *O Mundo como Vontade e Representação*, em que afirma que o que separa o pensamento animal do pensamento humano é este poder fazer exercícios abstratos e filosóficos de que o animal é incapaz; para além disso, o Homem continua sob a mercê da sua Vontade, que nunca o permitirá elevar-se de um estado de competição.

Como ser moral, então, tendo em conta a imoralidade da nossa natureza? Reprimindo-a, diz Schopenhauer, voltando-nos para um niilismo e evitando exercer os nossos poderes guiados pela nossa Vontade, voltando-nos apenas para um foco estético e menos mortífero do que as nossas existências políticas e sociais que são tão letais aos outros. Um ato moralmente correto é aquele que o indivíduo tem que o impede de usar a sua Vontade noutro indivíduo; no qual este reprime a sua natureza e se força a não agir segundo os seus impulsos.

Maria Ana Rafael

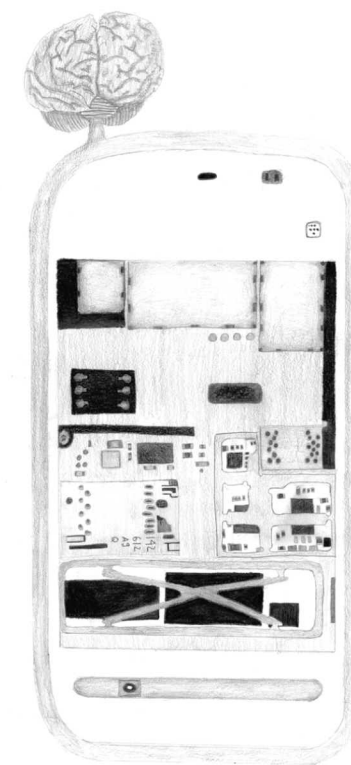
Se a visão de Schopenhauer nos parece radicalmente diferente do certo otimismo tido pelos utilitaristas que viam no ser humano a capacidade de agir em prol do bem comum (e também o otimismo do ser humano ter as faculdades para deduzir qual o caminho que levaria ao bem comum) e nos parece bastante pessimista e depressiva, ao afirmar que temos de nos negar a nossa própria natureza e potencial a favor de podermos coexistir, então teremos algum maior desconforto com a visão da Ética por parte de um outro alemão do século XIX que pegou na visão schopenhaueriana da Vontade como qualidade inultrapassável do Homem mas que se virou contra o niilismo e a decisão de reprimirmos essa vontade em prol da coexistência, a filosofia de Friedrich Nietzsche.

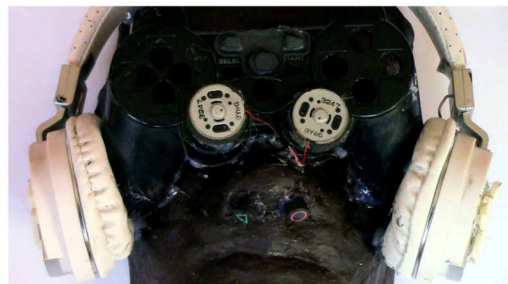
Nietzsche pegou na Vontade que Schopenhauer via como Vontade de Viver dos seres, uma vontade de sobreviver num mundo hostil, e alterou-a para Vontade de Poder, vontade de superar os outros, de nos afirmarmos sobre eles e sobre as outras coisas num mundo em que todos os outros seres, quer o saibam quer não, quer o admitam quer não, também o fazem. Mas enquanto Schopenhauer via como sendo melhor evitarmos o uso dessa Vontade, e tentarmos controlar-nos contra ela para bem dos outros, Nietzsche recusava a ideia e dizia que o ser humano se deveria lançar a atingir o seu verdadeiro potencial, com todo o horror e derramar de sangue que daí viesse. O resultado final seria um ser que adoraria o seu destino, criaria as suas próprias regras, a sua própria moral, a "admirável besta loura" que estaria "tão próxima do homem como este do macaco", o Além-Homem. É na criação do Além-Homem que se encontra o moral, para a escola de pensamento em volta de Nietzsche.

Nuno Nogueira

De resto, Nietzsche desprezava muito da moral. Via o Bem e o Mal como não sendo necessariamente opostos, e colocava a moral em dois patamares, o de escravos e o de senhores, a que falava contra dominar e a favor de se submeter ao mundo, e a que falava a favor de dominar e de submeter o mundo. O Estoicismo e o Cristianismo seriam morais de escravos, e a sua própria moral, a moral do Além-Homem, seria a moral de senhor. Se formos a considerar isto, então a pergunta do enunciado faz ainda menos sentido; não se poderia perguntar se algo é moralmente correto sem se especificar a classe de moralidade (escravo ou senhor) e, no caso de senhor, é irrelevante exigir moralidade ao Além-Homem.

São visíveis os problemas que aparecem com a filosofia de Nietzsche; o próprio pede cautela ao ler os seus escritos, sabendo serem ideais perigosos. O regime nacional-socialista usou a filosofia de Nietzsche, alterando-a com alguma liberdade, para justificar muitas das suas ações da criação de um Além-Homem Ariano, num mundo em que os seus inimigos pareciam rondar. Os sofrimentos que adviriam para a implementação do Além-Homem seriam inauditos; essa é a única certeza que temos acerca da moral que Nietzsche propõe. Se rejeitamos o utilitarismo por temermos ser discriminatório, então a moral do Além-Homem deve ser descartada por completo.

Poderíamos rever tudo o que foi exposto desde o início do ensaio. A pergunta foi respondida negativamente, expondo-se os problemas de colocarmos as consequências finais das ações na base de um sistema de avaliar a moralidade de atos de seres que não a conseguiriam avaliar satisfatoriamente para poderem dar um julgamento justo das suas ações enquanto as refletem. Mais especificamente, foram expostos os problemas do pensamento ético utilitarista, que se baseia nesses mesmos preceitos; também o utilitarismo foi criticado e demonstrado como problemático.

Gustavo Pinho

Ana Sofia Figueira

Foi, posteriormente, analisado o além-pergunta; se não as consequências, então o que se poderia usar como dador de moral? A deontologia, a virtude, a vontade de viver e a de poder foram analisadas e criticadas para se chegar a um maior esclarecimento da reflexão feita acerca do utilitarismo, e para permitir uma maior análise dos resultados.

Penso que vários pontos de vista podem ser tidos no final destas reflexões; apenas seria natural. Pode haver de facto um utilitarista que não acredite na diversidade química do ser humano, ou um utilitarista que continue a afirmar a doutrina consciente dos seus efeitos discriminatórios; pode existir um deontologista que continue a afirmar Deus ou o Homem como fonte da moral, apesar dos problemas que essas questões apresentam; pode haver um Estoico que se guie pela virtude própria e pelo conhecimento do determinismo cósmico; pode haver um seguidor da escola schopenhaueriana que escolha o niilismo da ideologia; e pode haver um admirador da força do Além-Homem que não se importe com os terrores que lhe sucedem. Parece-me irrelevante continuar uma discussão com qualquer um destes indivíduos; o seu juízo já estará dado.

Pessoalmente, a Escola Estoica parece-me a que mais se aproxima do que eu chamaria moral. Tem em si alguns dos traços que admiro nas outras escolas de pensamento como o utilitarismo (em termos mais práticos poder-me-ia considerar utilitarista, mesmo sabendo os seus problemas mais teóricos), e mantém sobre esse querer fazer bem pelos outros uma lembrança da nossa própria fragilidade perante o cosmos e perante o destino, lembrando-nos para ter em conta os outros ao fazer as nossas ações, mas não ficarmos desapontados quando estas falham por algum motivo, lembrando que estava fora do nosso poder realizá-las. E lembra também que as melhores consequências não são um aumento do prazer mas um aumento da virtude humana.

João Mota

Pedro Mendes

Diana Gonçalves

Catarina Rufino

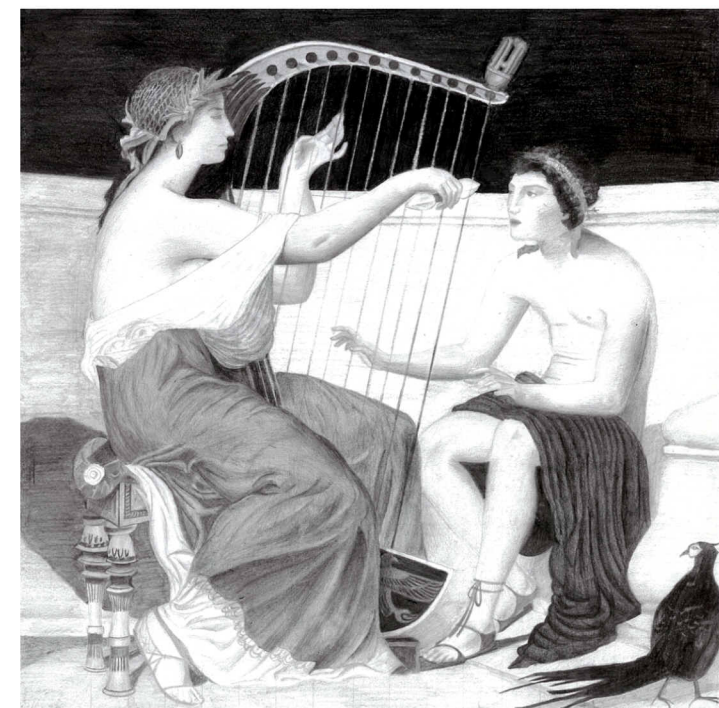
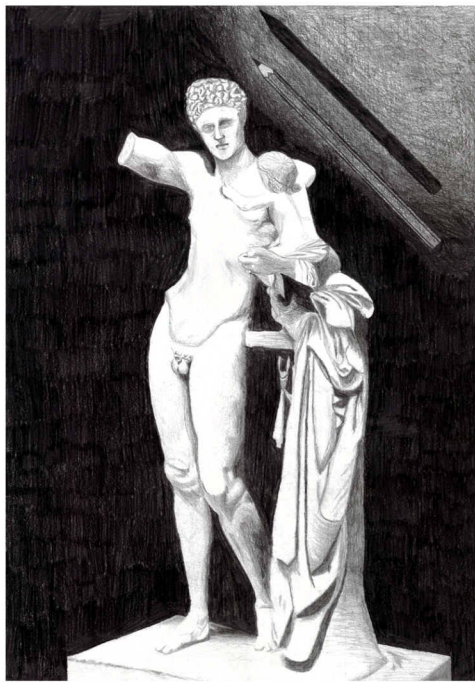
Maria Inês Lacerda

Descartes e o Problema da Possibilidade do Conhecimento

Tópico 4: «Considere-se o seguinte argumento:
1 - Para saber que tenho duas mãos, eu teria de saber que a hipótese do génio maligno é falsa.
2 - Mas não sei se a hipótese do génio maligno é falsa.
3 - Logo, não sei que tenho duas mãos.
Será este um bom argumento? Porquê?»

Filipe Pereira

Texto realizado nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia 2017 que decorreram em Lagos – Escola Secundária Júlio Dantas.

O argumento apresentado, que procura estabelecer que não se pode saber se realmente temos duas mãos recorrendo à hipótese do génio maligno, é efetivamente uma instância específica de um problema mais amplo na epistemologia. Este problema acaba por resultar de um reconhecimento das implicações de experiências mentais como a mencionada, do génio maligno, atribuída a Descartes, e cinge-se à possibilidade de não podermos estabelecer crenças verdadeiras justificadas, isto é, não podermos obter conhecimento (definido da maneira tradicional) sobre o mundo exterior à mente, a realidade, pois nunca estabelecemos contacto direto com esta.

Beatriz Ramos

Anabela Rodrigues

Vale a pena rever o raciocínio original de Descartes, exposto nas suas *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. O filósofo francês procura justificar todo o conhecimento humano, julgando que é possível encontrar um conjunto de crenças autoevidentes que emanciparia a epistemologia do problema cético, justificando todas as outras crenças (ou pelo menos quase todas). Para este fim recorre à hiperbólica dúvida cartesiana, pondo em causa todo o conhecimento minimamente duvidável, assim rejeitando qualquer informação proveniente dos sentidos, visto que estes são passíveis de nos enganar, e até mesmo aqueles raciocínios que nos parecem mais simples, pois a possibilidade de erros no raciocínio não nos deixa de assombrar. Acaba por pôr em causa aparentemente todo o conhecimento humano, postulando a possível existência de um "génio maligno", poderoso o suficiente para nos iludir acerca da realidade, levando-nos a crer em falsidades. Como escapa Descartes desta angustiosa existência, onde a única certeza é a incerteza? Ele chega ao famoso *Cogito*, um raciocínio que se apresenta como autoevidente: *Penso, logo existo*. A própria existência é um facto do qual não se pode duvidar, pois a dúvida implica existência, tendo a dúvida de se manifestar nalguma mente. Partindo deste ponto de apoio, esta luz num coração de trevas, Descartes procura justificar o corpo de conhecimento humano. No entanto, a partir daqui, a argumentação deste passa a ser duvidosa. Recorrendo a uma ideia de perfeição (supostamente) presente na sua mente e à noção (injustificada) de que qualquer efeito deve ter uma causa de pelo menos igual realidade, Descartes conclui a existência de um ser perfeito (isto é, Deus). No entanto, como deve ser óbvio, esta argumentação não convence.

Cláudia Grilo

Pessoalmente, acredito que Descartes falha em justificar o conhecimento humano. No entanto, acredito que o conhecimento humano é razoavelmente justificável, e o problema do mundo exterior ultrapassável.

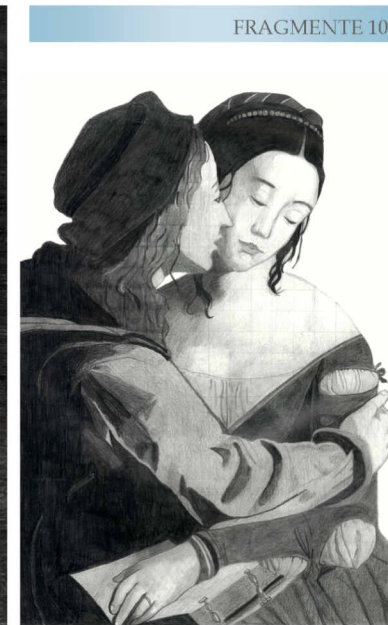
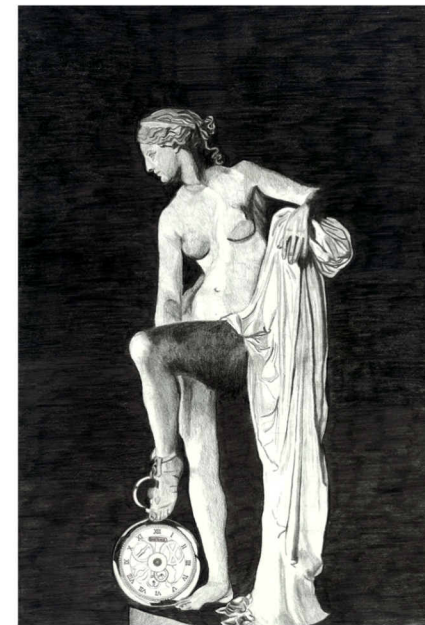
Procuremos rever o problema do mundo exterior. Como mencionado, este consiste na dificuldade de entrar em contacto direto com o mundo exterior. Provar que esta dificuldade existe não é difícil. Posso olhar para uma mesa de diferentes perspetivas: a minha impressão da mesa altera-se. O objeto real não. De maneira semelhante, se olhar para a mesma mesa ao longo do dia, sendo que a luz do sol lhe vai incidir de maneiras diferentes, verifica-se uma alteração da impressão da mesa, apesar da imutabilidade do objeto real neste período. É impossível para um ser humano ter em mente ao mesmo tempo todas as perspetivas possíveis de uma mesa, mais concretamente, é impossível ao ser humano conceber de maneira simultânea a mesa com todas as suas propriedades. O objeto mental que consideramos quando pensamos na mesa em questão é apenas uma amálgama de impressões momentâneas, que podem ou não corresponder à mesa real. Como tal, não temos contacto direto com a realidade, apenas temos contato com uma representação mental desta. O problema impõe-se: será o objeto mental fiel ao objeto real?

Face a esta questão, as respostas possíveis são múltiplas. O idealismo, a redução de todo o fenómeno ao fenómeno mental, foi a resposta de Berkeley, que expôs esta conceção no *Tratado do Conhecimento Humano* e a defendeu mais tarde nos *Três Diálogos*. Borges explorou as curiosas implicações do idealismo no célebre conto *Tlon, Uqbar, Orbis Tertius*. No entanto o raciocínio idealista também não me convence. Como explicar a persistência dos objetos quando estes não são concebidos por qualquer mente? Berkeley defende que um ser (Deus) concebe todos os objetos simultaneamente de maneira a assegurar a persistência, mas esta lógica não é satisfatória, assumindo como necessária a existência deste ser.

Maria Francisca Timóteo e Isabel Gomes

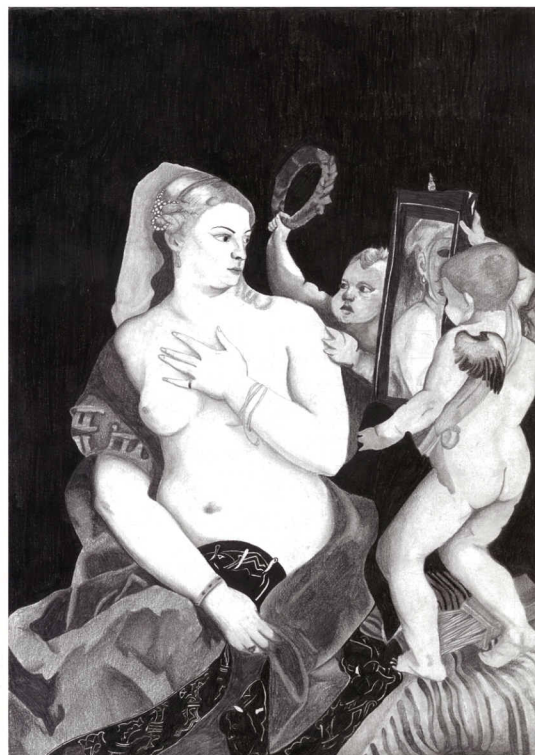
Voltando á questão posta, facilmente conclui-se que a representação mental do objeto nem sempre é fiel ao objeto real. Usando um exemplo do nosso conhecido Descartes, é possível conceber uma situação onde ao longe vimos uma torre que nos parece cilíndrica, mas no entanto a aproximação revela que a torre se assemelha mais a um paralelepípedo. Neste caso a representação mental inicial da torre divergia significativamente da torre real. Erros básicos de perceção como estes são inevitáveis, sendo que a filtração do mundo exterior pelos sentidos implica algum grau de imperfeição, embora, a meu ver, estes sejam de maioria facilmente corrigíveis. Podemos recorrer a novas impressões de diversos sentidos para confirmar e corrigir a nossa representação mental de um objeto.

O argumento que proponho para responder ao problema do mundo exterior e do conhecimento acaba por resultar de um raciocínio semelhante. No entanto, será melhor clarificar primeiro o alcance deste argumento. O meu objetivo não será o de provar além de qualquer dúvida a existência do mundo exterior, e assegurar como tal a verdade de todo o conhecimento resultante da experiência (assim justificando a totalidade do conhecimento humano, dado que o conhecimento *a priori* não passa de um conjunto de verdades autoevidentes). Isso, julgo estar além de qualquer um. Eu simplesmente procuro justificar como racional a crença no mundo exterior, e como tal, no conhecimento empírico (incluindo assim, a existência das minhas duas mãos, mencionadas no argumento inicial).

O meu raciocínio não passa da simples aplicação da lei da parcimónia à consistência exibida pelo mundo exterior. A realidade não demonstra ter nenhuma contradição aparente. Holisticamente faz sentido. Todo o conhecimento sobre esta que eu tenho é consistente entre si. Neste momento, estou sentado numa cadeira. A cadeira persiste ao longo do tempo, como evidenciado pelo facto de eu continuar sentado. Outras pessoas percecionadas por mim agem como se reconhecessem a existência da cadeira. O meu tato revela um objeto consistente com uma cadeira. Se bater com a mão na cadeira, o som que me será audível será reconhecível através da minha experiência empírica como o som feito pela madeira

Alice Derriça

Ema Gonçalves

Afonso Araújo

João Mota

(material que constitui parte da cadeira) quando é atingida. Posso ter a certeza da existência da cadeira? Não, é concebível que um "génio maligno" substancialmente poderoso me esteja a ludibriar acerca da existência deste objeto. No entanto, a explicação mais simples (e como tal mais provável) deste conjunto de factos passa pela existência desta cadeira. Como tal, é racional aceitar a existência desta cadeira, mais racional do que duvidar desta, visto que tal não passa de exagerada pedanteria.

Passando à vida prática, (pois a filosofia será inútil se não puder ser aplicada à vida prática – elevada abstração não implica elevada erudição) a melhor (e única) maneira de continuarmos com esta será aceitar a existência do mundo exterior e o conhecimento derivado deste. É impossível viver na eterna dúvida. Esta não é compatível com o quotidiano, a não ser para fins jocosos.

Concluindo, olhemos uma última vez para a argumento original. Será um bom argumento? Não, considero-o desonesto intelectualmente, um argumento pedante. Sim, reconheço a impossibilidade de provar a existência das minhas duas mãos. No entanto, será que isso interessa? Todas as minhas impressões apontam para a sua existência. Além disto não posso provar nada. Ainda assim, a explicação mais simples passa sempre pela existência das minhas mãos. E mesmo que elas não existissem? Em termos práticos, não altera nada na minha vida. Efetivamente, o fenómeno mental basta-me.

Pedro Barreiros

O Pensamento Científico

O mecanicismo, contrariamente ao organicismo anteriormente reinante que concebia o mundo como um organismo vivo orientado para um fim, via a natureza como um mecanismo cujo funcionamento se regia por leis precisas e rigorosas.

Raquel Caetano

A ciência galilaica lançou as bases para uma nova conceção da natureza que iria ser largamente aceite e desenvolvida: o mecanicismo. O "grande princípio" em que Galileu se apoiou para desenvolver a sua ideia de ciência foi, além da ideia de matematização da natureza, o princípio segundo o qual o universo é fisicamente homogéneo, estando a natureza submetida às leis desde que foi criada por Deus.

Para Galileu as leis da natureza eram exteriores ao homem, não dependendo dele para que existissem, cabendo pois ao homem desenvolver os métodos para que este conseguisse compreender as essências da natureza. As essências seriam as leis matemáticas.

No entanto a maior inovação de Galileu para o pensamento científico e racional do Mundo Moderno seria o desenvolvimento de uma metodologia baseada na experimentação, onde as explicações acerca da natureza só poderiam ser feitas mediante a comprovação através das experiências. Aqui seria definitivamente secundado e aprofundado por Descartes.

Pedro Barreiros

O mecanicismo, contrariamente ao organicismo anteriormente reinante que concebia o mundo como um organismo vivo orientado

Afonso Araújo

para um fim, via a natureza como um mecanismo cujo funcionamento se regia por leis precisas e rigorosas. O Mecanicismo é a doutrina que apareceu no começo do século XVII e que afirmava (ou postulava) que todos os factos, acontecimentos ou ações (ou atos) deveriam ser explicáveis pelas "Leis" da mecânica que explicitam o Movimento da Matéria.

Todos esses atos, factos, acontecimentos, objetos e seres, segundo a doutrina, são considerados "Efeitos" (ou resultados) de uma "Causa" (ou motivo) e, também, a "Causa" que gerará um novo "Efeito". Tudo, claro, seguindo as "Leis da Mecânica" que Newton apresentou.

Nessa conceção, embora materialista, admitia-se a existência de algum "Deus" que além de ter sido o "iniciador" do Movimento contínuo, era "quem" assegurava a sua continuidade dentro dos padrões mecânicos. No dizer de Aristóteles, Deus seria o "Primeiro Motor". Em relação ao Homem, o raciocínio era igual: admitia-se a existência de alguma "alma" que antecedia o corpo físico e que o dirigia segundo as regras da mecânica.

Durante a Idade Média a Escolástica, em consonância com a visão de Aristóteles, afirmava que o Universo (com o Homem incluído) seria um "Todo" orgânico, uma espécie de "corpo físico" da "alma" que se chama Deus.

Catarina Rufino

Com a chegada do "Pensamento Moderno", principalmente com Galileu (1564-1642, Itália), Descartes (1596-1650, França) e Isaac Newton (1642-1727, Inglaterra), a ideia de que a Natureza seria um "Todo" orgânico foi substituída pela tese de que era, na verdade, um "Máquina"; ou, então, um "Espaço Geometrizado"; isto é: regulado pelas Leis da Geometria, ou da Matemática, onde cada facto ou ação é rigidamente regulado ou governado pela "Lei da Causa e Efeito". Não existe, portanto, nenhum improviso e nada é aleatório. Tudo foi minuciosamente planeado, é racional e, portanto, explicável mediante o uso da "Lei do Movimento". E dessa regra o Homem não escapa, pois em si acontece o mesmo. O corpo é uma "máquina". Ou conforme definiu Descartes: "suponho que o Corpo não é senão uma estátua ou uma máquina, todas as funções que atribuo a essa máquina [...] seguem-se naturalmente da pura disposição dos seus órgãos, da mesma forma que ocorre [...] com os movimentos do relógio".

Descartes é considerado o pai da filosofia moderna. As suas teorias elevaram o racionalismo para o seu ponto áureo na história: para Descartes o único meio de atingir a verdade era pela razão e deveríamos ter cuidado em relação às nossas experiências sensíveis. Pontos marcantes nas ideias de Descartes foram o dualismo e a visão mecanicista do mundo.

Com o dualismo, Descartes quis dividir o homem em dois (o próprio nome dualismo é de dois, dual), uma parte do homem que é a mente, a substância que pensa ou *res cogitans* (coisa pensante). E a outra parte do homem é o corpo, a matéria, a substância que pertence ao mundo físico, ou *res extensa* (coisa extensa). Isso queria dizer

Maria Francisca Timóteo

Teresa Lozano

que, para ele, a nossa consciência, a reflexão, o pensamento, faziam parte não do mundo físico, mas sim de algo mais que isso, enquanto o nosso corpo é apenas um algo físico, que faz parte de todo o universo à nossa volta.

É aí que entra a sua visão mecanicista. Porquê mecanicista? Descartes achava que o mundo físico era uma verdadeira máquina, ou seja, as coisas aconteciam de maneira mecânica, assim como funciona o relógio da cozinha. No relógio, uma coisa funciona em função da outra, de maneira dinâmica, e os mecanismos interagem entre si, podendo criar mecanismos ainda mais complexos.

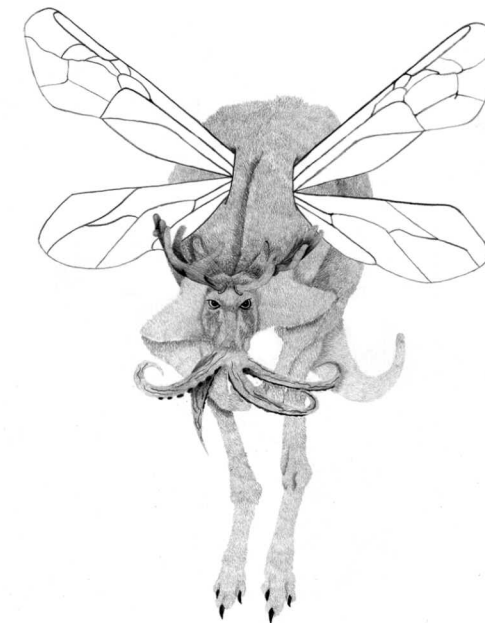
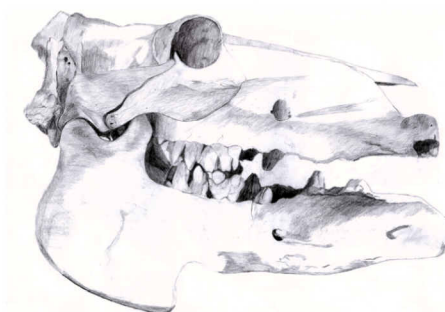
Ema Gonçalves

Descartes considerou que as propriedades que atribuímos aos objetos são, na realidade, uma mera consequência da constituição física dos nossos sentidos (as qualidades secundárias) havendo, no entanto, outras propriedades que na realidade se encontram nos objetos e que se podem descrever matematicamente, sendo por isso mais claras e definidas. Recordamos que para Descartes a característica básica das coisas materiais é a extensão (comprimento, largura e profundidade), que são características puramente geométricas e quantitativas.

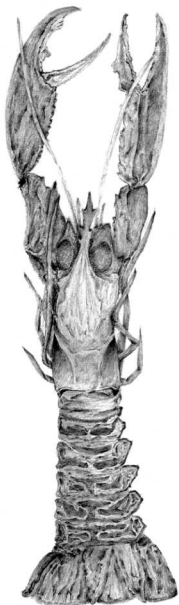
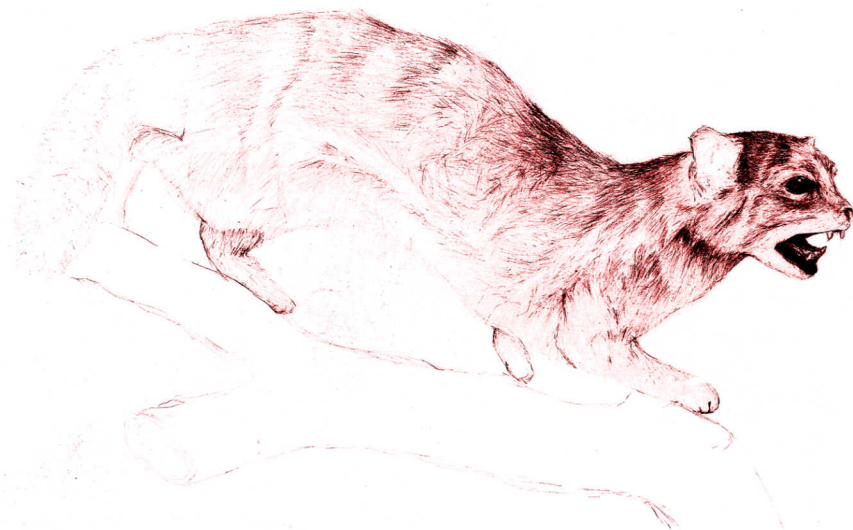
No mundo físico tudo é consequência de processos de mudança, explicáveis anteriormente (causalidade eficiente) e não através de uma suposta causalidade final inscrita nas coisas. A causalidade final é, pois, uma conceção teleológica e não é adequada para a física, ou ciência.

Ingrid Muniz

Se o mundo é feito de mecanismo, então para descobri-lo basta desmontá-lo. A linha de pensamento de Descartes também se baseava nisso. É o que se chama de desmembramento, ou seja, pode-se descobrir como funciona uma coisa, desmontando em pequenas partes, e analisando essas partes uma de cada vez, até chegar a uma conclusão a partir da síntese desses indícios.

Também não podemos esquecer o plano cartesiano. A partir do plano, Descartes conseguiu unir a álgebra com a geometria, e também é fruto do ideal mecanicista, pois há um eixo que está em função do outro (como um mecanismo que depende de outras peças). Hoje em dia são muito importantes esses estudos de funções, principalmente nas Engenharias.

Sophia Melo

João Mota

Raquel Alfaiate

A ciência baseia-se nesta linha de pensamento, analisando as pequenas partes e vendo o mundo como um verdadeiro mecanismo, fruto de uma interação entre as coisas, de causa e efeito. Imaginemos como seria o mundo agora, sem esse sistema formulado por Descartes? Poderia ser bem diferente.

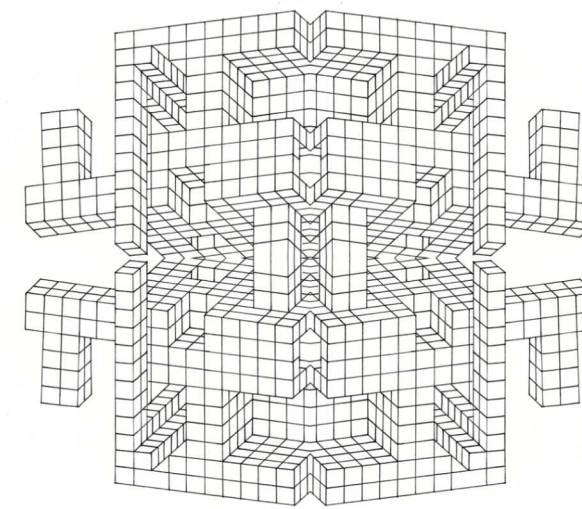
Atualmente o Mecanicismo sobrevive como apêndice do Materialismo, mas é cada vez mais desvalorizado pela evidência de outras forças além da Mecânica. Creio que a visão mecanicista que a ciência ainda utiliza irá lentamente ser substituída por um novo sistema de explicação da realidade: o holístico, que considera o universo como um todo e não como uma máquina.

Bibliografia:

- https://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9_Descartes
- http://esdrascabral.blogspot.pt/2013/02/mecanicismo-deus-galileu-e-descartes.html
- http://discursohistoriografico.blogspot.pt/2012/11/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html
- https://cantodafilosofia.wordpress.com/2012/04/01/rene-descartes/
- http://cienciaetudo.ict.ufvjm.edu.br/colunas/pensamento-filosofico/ quandoafilosofiainfluenciaafisicadescartesenewton
- http://www.consciencia.org/descartes.shtml
- https://www.significados.com.br/materialismo/

Maria Inês Lacerda

Cláudia Grilo

Maria Francisca Timóteo

René Descartes

De modo a fundamentar o conhecimento e a excluir qualquer tipo de dúvida, Descartes propôs a ideia de um Deus Maligno que nos levaria ao erro e à ilusão até nos nossos conhecimentos a priori.

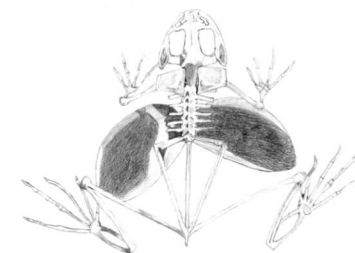
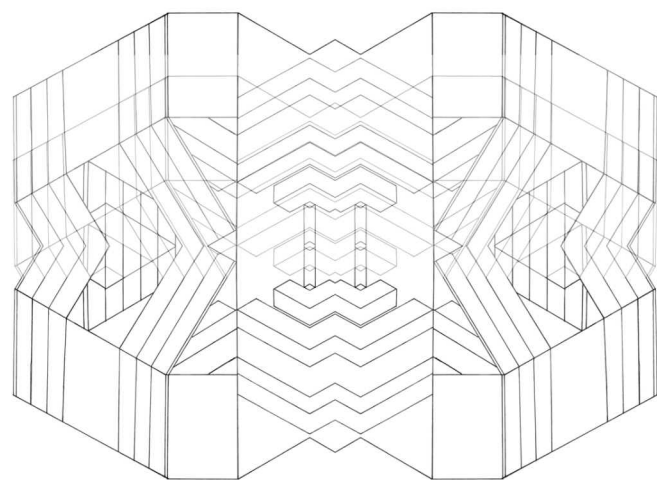
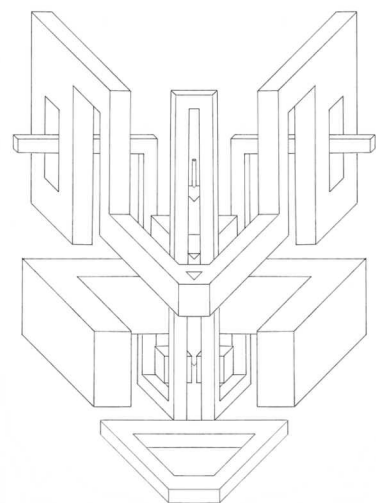
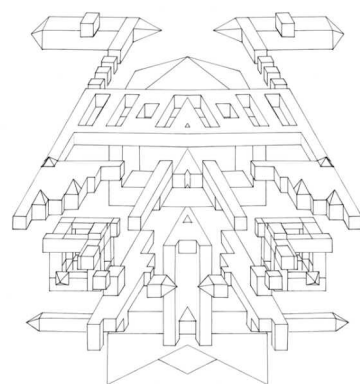
Francisco Marques Guedes

René Descartes (1596-1650), para muitos o pai da filosofia moderna, fez grandes avanços na filosofia. Dos pontos mais marcantes nas ideias de Descartes foram o dualismo e a visão mecanicista do universo. Com o dualismo, Descartes quis dividir o homem em dois, uma parte do homem que é a mente e a outra parte do homem que é o corpo; isso queria dizer que para Descartes a nossa consciência, a reflexão, e o nosso pensamento faziam parte não do mundo físico, mas sim de algo mais que isso, enquanto que o nosso corpo é apenas físico, e faz parte de todo o universo à nossa volta.

Isabel Gomes

Mecanicismo

Descartes acreditava que o mundo físico funcionava de forma mecânica e afirmava que todos os factos, acontecimentos ou ações eram mecânicos, no sentido em que tudo funcionava de forma mecânica (sendo assim todos os acontecimentos pré-determinados), tudo funcionava em função dos outros acontecimentos – de certo modo como um relógio – e para perceber este "relógio" seria necessário descobri-lo e desmontá-lo, ao que se deu o nome de desmembramento; e também, como um relógio requer um relojoeiro, no universo Descartes pressupôs a existência de um Deus "relojoeiro".

Descartes também inventou o plano cartesiano, com o qual conseguiu unir a álgebra à geometria – que também é muito importante no mecanicismo postulado, pois há um eixo que está em função do outro (como é de esperar num mecanismo em que a operação de uma peça depende em parte de outras peças).

Maria Correia

Laura Rua

Génio Maligno

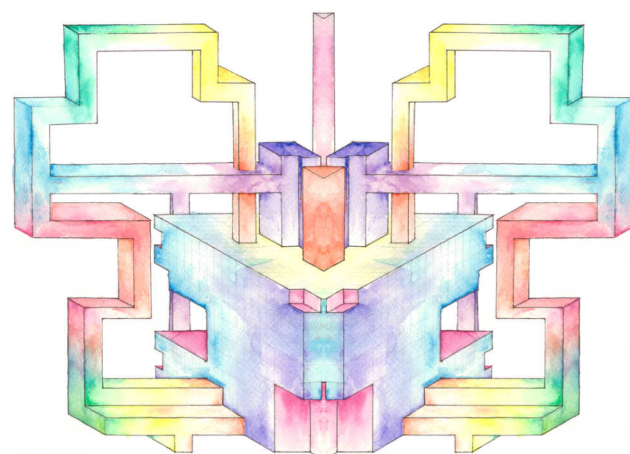
De modo a fundamentar o conhecimento e a excluir qualquer tipo de dúvida, Descartes propôs a ideia de um Deus Maligno, que nos levaria ao erro e à ilusão até nos nossos conhecimentos *a priori*. No entanto, usar o termo "Deus" seria errado pois "Deus" é um ser bom que nunca nos iria levar a erro, sendo por isso que Descartes propôs o nome de Génio Maligno. O Génio Maligno, tal como Deus um ser todo-poderoso, usaria os seus poderes de modo a levar-nos ao erro acerca de todos os conhecimentos, pondo em causa até os conhecimentos mais racionais como a matemática e a geometria. Ao pressupor a existência deste Génio Maligno, Descartes conseguiu excluir todos os conhecimentos até ao ponto de achar que qualquer conhecimento seria impossível.

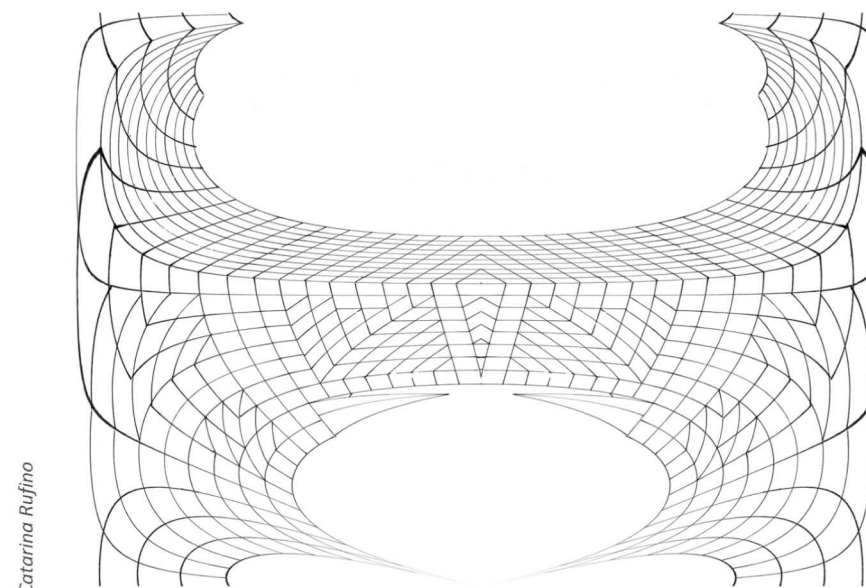
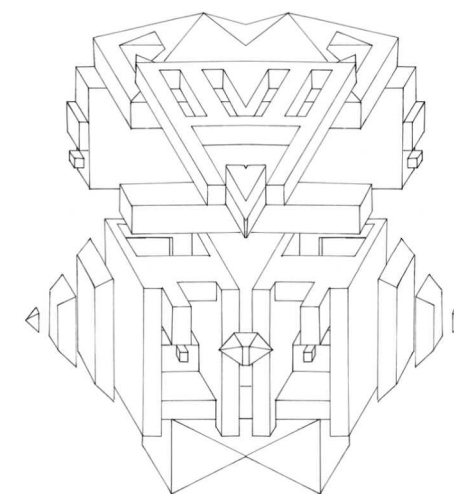
João Mota

Res Cogitans

No entanto, segundo Descartes, mesmo que o Génio Maligno nos engane haverá sempre algo que necessariamente tem de ser: a nossa própria existência. Para sermos enganados (pelo hipotético Génio Maligno) temos forçosamente que existir, pelo menos como uma "coisa pensante" – ou *res cogitans* – pois segundo a afirmação de Descartes - "Penso, logo existo" -, não precisamos necessariamente de existir como um ser físico *res extensa* (a parte material da dualidade corpo/mente que postulou), mas sim como uma coisa pensante. Descartes considerou a ideia de *res cogitans* como uma ideia clara e distinta e veio a adotar este mesmo conceito de "ideias claras e distintas" como critério de verdade.

Fontes:

- https://cantodafilosofia.wordpress.com/2012/04/01/rene-descartes/

Sophia Melo

Teresa Lozano

Catarina Rufino

Sophia Melo

A Ideia de Perfeição segundo René Descartes

Um Deus sumamente bom não nos teria criado para que nunca pudéssemos conhecer a verdade acerca de alguma coisa.

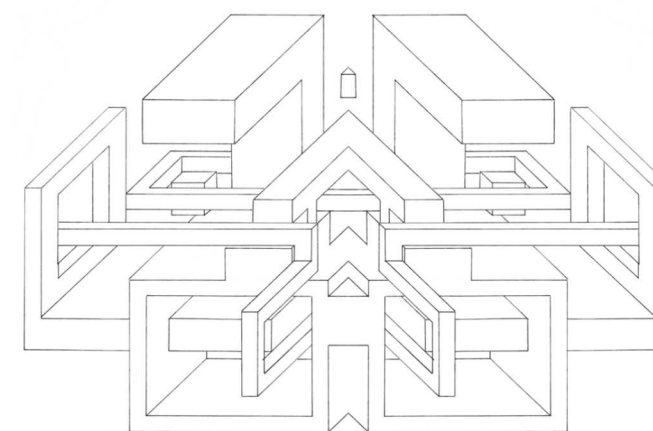
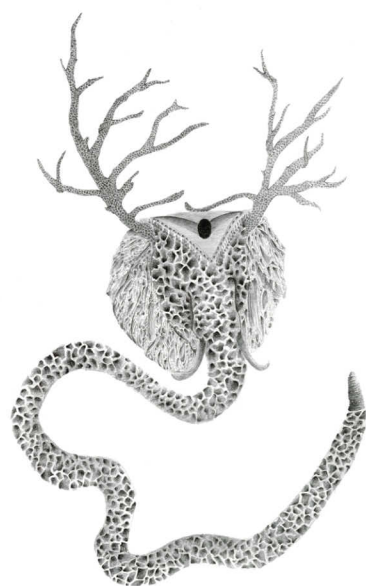
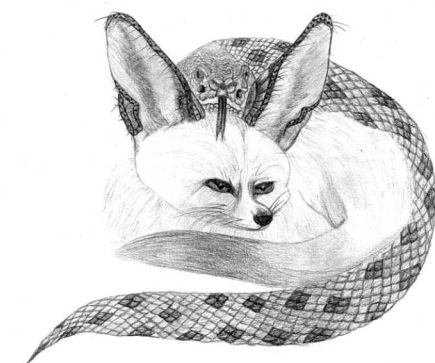
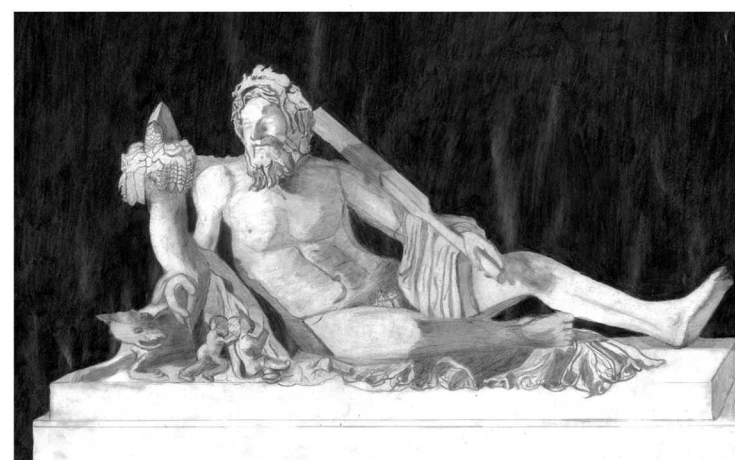
Gustavo Santos Braga

O Génio Maligno

Descartes introduz a hipótese da existência de um Génio Maligno que se diverte a usar os seus poderes para nos induzir em erro relativamente a tudo; logo, não podemos estar certos de que as nossas crenças *a priori* (que têm origem no raciocínio) não sejam mais do que ilusões colocadas pelo Génio.

Segundo Descartes, mesmo que o Génio nos engane, só podemos estar certos de uma coisa: que existimos. Isto é, existimos enquanto coisa pensante ou *res cogitans*. Não implica que tenhamos necessariamente um corpo pois não sabemos nada acerca do mundo físico (coisas extensas ou *res extensa*). Podemos, por exemplo, imaginar que não temos um corpo, sem que isso implique que não existimos, mas não podemos duvidar da existência enquanto pensamento. Conclui-se assim a existência de uma coisa pensante, uma alma ou mente que existe independente do corpo. Esta teoria ficou conhecida como Dualismo Cartesiano ou Dualismo mente-corpo.

João Mota

Descartes considerou o *Cogito* uma crença clara e distinta que foi adotada como critério de verdade; porém, o que garante que não se engana quando concebe algo muito clara e distintamente? O Génio maligno poderia fazer conceber clara e distintamente coisas erradas.

Maria Inês Lacerda

O Argumento da Marca: o Princípio da Causalidade

Em busca de outras ideias que se assemelham ao *Cogito*, Descartes depara-se com a ideia de Deus. Se conseguisse provar a existência de um Ser supremo que não é enganador, talvez pudesse estar certo de muitas outras coisas para além do *Cogito*, porque um Deus sumamente bom não nos teria criado para que nunca pudéssemos conhecer a verdade acerca de alguma coisa.

Para Descartes uma causa nunca pode ter menos realidade que os seus efeitos. Baseando-se nessa premissa, uma vez que Descartes é um ser imperfeito, não poderia ter a ideia de ser perfeito; ou seja, o menos perfeito não pode dar origem a algo que seja mais perfeito. Uma vez que que não é perfeito, Descartes assume que não pode ser ele a origem da ideia de perfeição. Portanto, esta ideia deverá ter origem em algo pelo menos tão perfeito quanto a mesma, ou seja, em Deus.

A importância da ideia de Deus

Comprovada a ideia de Deus, refutamos a ideia do Génio Maligno. Uma vez que Deus existe e não é enganador (pois enganar seria uma imperfeição), nós não iriamos ser criados de forma a não sermos capazes de conhecer seja o que for.

Também Deus é garantia de que a crença no mundo exterior é verdadeira. O facto de se conceber de forma clara e distinta que o mundo físico consiste na extensão e no movimento é razão para não duvidar que o mundo exista.

Deus assume um papel fundamental porque vai garantir a verdade das ideias claras e distintas, do critério de verdade. Deus é a garantia da validade das evidências e da clareza do conhecimento. As nossas faculdades de conhecimento foram criadas por Deus, que é perfeito. Mas, como anteriormente dito, se as nossas faculdades de conhecimento foram criadas por um Ser perfeito, porque razão estamos sujeitos à dúvida e ao erro?

Talita Mendes

Para esta questão Descartes considera o livre-arbítrio a fonte do erro e da dúvida. Como Deus é sumamente bom criou-nos de forma a sermos livres (livre-arbítrio). Porém, isso implica uma consequência: a possibilidade de escolhas sendo estas boas ou más. Contudo, conclui-se que o erro não vem de Deus, mas sim de nós que somos seres imperfeitos.

Ana Rita Dias

Matilde Shaw

Matilde Shaw

Será que a Vida tem Sentido?

«A felicidade é o sentido e o propósito da vida,
o único objetivo e a finalidade da existência humana.»
(Aristóteles)

Maria Inês Lourenço

A Filosofia trata de vários problemas, tais como a questão da justiça, da liberdade, da relação mente-corpo e da existência de Deus, entre muitos outros. A busca de sentido é um dos grandes problemas com que se defronta a Filosofia desde a antiguidade.

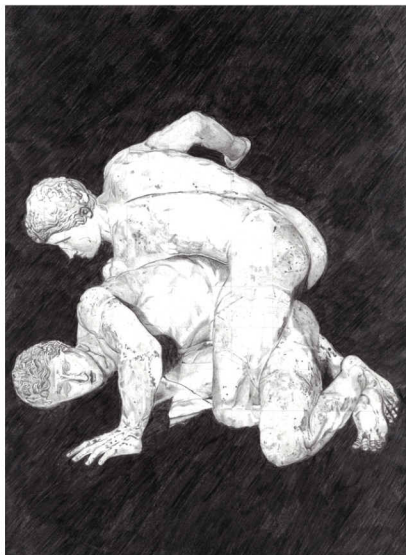
O problema do sentido da existência é bastante frequente no mundo e é posto não só pelo intelectual como pelo homem comum. Este problema está relacionado com o confronto entre um ponto de vista subjetivo, de acordo com o qual a nossa vida é um assunto importante, e um ponto de vista objetivo, segundo o qual somos minúsculos grãos de pó num vasto universo.

Podemos associar o sentido da vida ao ensaio filosófico conhecido como *O Mito de Sísifo* de Albert Camus (1913-1960). Neste ensaio Camus introduz a sua filosofia do absurdo: o homem em busca de sentido, unidade e clareza no rosto de um mundo ininteligível, desprovido de Deus e de eternidade.

Sísifo trai os segredos divinos divulgando-os aos mortais e, por isso, foi condenado pelos deuses a carregar uma pedra até ao cimo de uma montanha, voltando imediatamente a pedra a cair para Sísifo a carregar outra vez até ao cimo, caindo outra vez, e assim sucessivamente.

Teresa Lozano

Ana Sofia Figueira

Adriana Proença

Beatriz Trindade

Ingrid Muniz

Ana Costa

«Sísifo, [...] impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua miserável condição e pensa nela durante a descida. A clarividência que deveria ser o seu tormento consuma, ao mesmo tempo, sua vitória.» (Camus) Por algum motivo os deuses pensavam que não haveria castigo pior que o trabalho inútil e sem esperança. Assim, tomar consciência do caráter insensato dessa agitação, da inutilidade de tantos sofrimentos, é descobrir o absurdo da condição humana e, talvez, se poderia dizer do trabalho humano repleto de sofrimento.

Ao longo das nossas vidas é como se subíssemos a tal montanha, onde temos de levar às costas não uma pedra, mas sim todas as emoções e problemas. Quando finalmente atingimos a meta e conseguimos concretizar os nossos objetivos, depois de tanto esforço, pouco depois somos entregues aos braços da morte e todo o trabalho e dedicação foram em vão.

Analisando estes factos surgem as questões: «Será que a vida faz sentido?» «Tem a vida pelo menos uma finalidade última alcançável e com valor?»

A resposta religiosa diz-nos que se Deus não existe nenhuma finalidade com valor *sub specie aeternitatis* (do ponto de vista da eternidade ou universalmente válido) pode ser alcançada. Pelo contrário, se Deus existe criou-nos com almas imortais e com um propósito transcendente. Para a resposta religiosa estas são condições necessárias e suficientes para que a vida tenha sentido.

Existe uma variedade de opiniões acerca deste problema tão comum na humanidade. Segundo Philip Quinn (1940-2004), uma vida possui sentido completo se e só se tiver valor intrínseco positivo e se for boa para a pessoa que a vive (sentido axiológico); se tiver, pelo menos, uma finalidade alcançável, relevante e com valor positivo e incluir uma entrega efetiva a atividades com essa finalidade (sentido teleológico).

Para os teístas o problema coloca-se nos seguintes termos: «Será a existência de Deus uma condição necessária e suficiente para o sentido da existência humana?» No ponto de vista de Philip Quinn Deus proporciona as condições necessárias e suficientes para que a nossa vida tenha sentido completo, pois confere-lhe um propósito transcendente; isto é, cumprir os desígnios divinos (sentido teleológico) e oferecer-nos a vida eterna e a devida recompensa pelas nossas realizações terrenas (sentido axiológico).

O problema do sentido da existência é algo muito comum na humanidade e muitos se questionam acerca da sua finalidade. Existem diversas questões relacionadas com este problema mas nunca se obteve uma resposta definitiva que justifique o sentido da nossa existência.

Eu acredito que existe um motivo compacto para o qual existimos, acredito que exista algo para além da morte.

Diana Gonçalves

Bibliografia:

- Albert Camus (1941) – *O Mito de Sísifo – Ensaio sobre o Absurdo*, Livros do Brasil.
- Faustino Vaz e Luís Veríssimo (2016) – Filosofia 10.º - Projeto Desafios, Carnaxide: Santillana-Constância.
- https://www.pensador.com/frase/MjA5NjA0MA/
- https://quemsera.wordpress.com/2013/11/07/516/

Oleksyi Odintsov

Diana Gonçalves

Matilde Shaw e Tânia Monteiro

Diogo Silva

Igualdade, Equidade e Justiça:
Uma Reflexão sobre as Teorias de Justiça de Karl Marx e John Rawls

Desde a sua génese que o Homem tem o sentimento de uma liberdade integral, mas como ser racional o homem comum deseja também o bem da comunidade e este bem, de que depende, é função da justiça nela aplicada .

João Barreiros C. Rodrigues

Justiça e Liberdade, um amor platónico e quase inconciliável, mas que ao longo dos tempos tem proporcionado um tema de abordagem para as mais variadas teorias de filosofia política. Desde a sua génese que o Homem tem o sentimento de uma liberdade integral, mas como ser racional o homem comum deseja também o bem da comunidade e este bem, de que depende, é função da justiça nela aplicada. Neste trabalho pretende-se apresentar as teorias de justiça de Karl Marx (1818-1883) e de John Rawls (1921-2002) para que o leitor, como início de uma reflexão individual, possa tirar as suas próprias conclusões.

Um dos primeiros filósofos e economistas modernos a introduzir este tema da justiça nas suas obras foi o alemão Karl Marx. Nascido em 1818, Marx focou a sua atenção no proletariado e nas suas condições de vida, acabando por dedicar a esta classe social quase toda a sua obra filosófico-política. Nascido na pequena burguesia, observou com os seus próprios olhos o progresso e a expansão do mundo industrial. Marx observou também o "lado negro" da industrialização com o aumento do trabalho infantil e a degradação das condições de trabalho do proletário. Marx considera que, para que o proletário comum possa restaurar a sua dignidade, é necessário a queda da "velha sociedade" e a construção de um Estado baseado no "socialismo científico".

Oleksiy Odinstsov

Ana Velez e Beatriz Borges

Em *Manifesto do Partido Comunista*, que escreveu juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), Marx expõe a alienação a que o proletário comum está sujeito.

Segundo Marx, a alienação do trabalhador contribuía para a perda da sua dignidade na medida em que o tornava escravo do grande capital. A escola marxista teoriza também que a exposição à propaganda dita capitalista desumanizava o Homem, tornando-o num ser irracional e idolólatra dos bens materiais, sendo quase forçado a trabalhar em condições indignas para alcançar o seu desejo utópico de riqueza.

A doutrina marxista apela também para a organização das "massas" e para a "Sozialischte Welt Republik", uma suposta República Mundial onde as liberdades individuais se curvariam perante o princípio da igualdade e justiça, gerando a liberdade coletiva. Entender-se-ia por "massas" a organização do proletariado de forma a gerar uma revolução e posteriormente alcançar a "ditadura do proletariado".

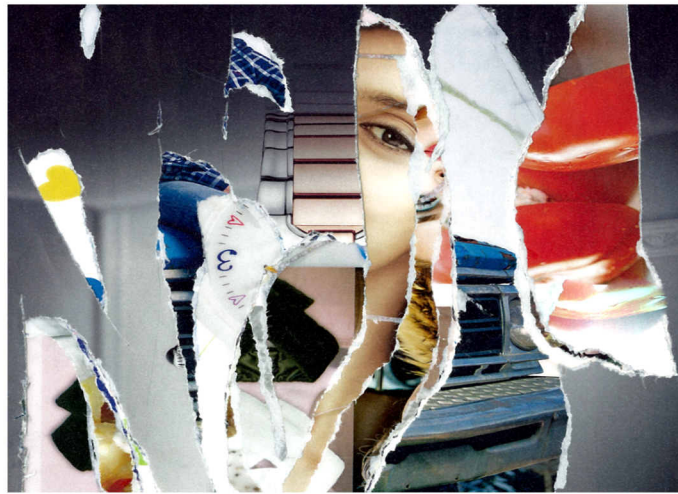
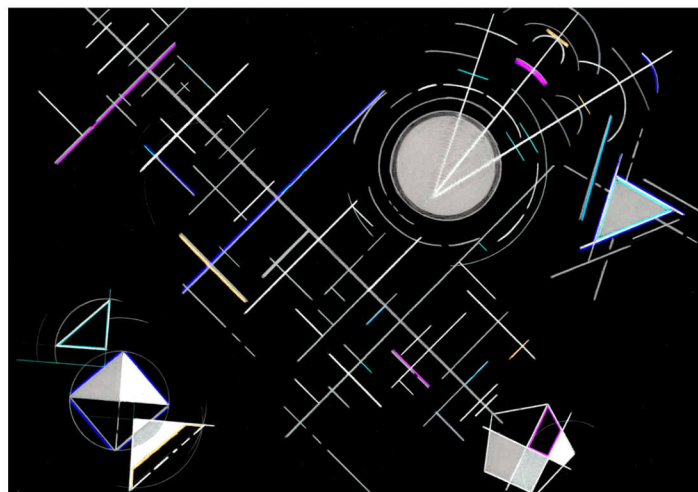
De forma a aplicar os ideais marxistas ao plano realista, foi fundada em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como Primeira Internacional. O seu percurso foi instável, acabando por se desmantelar e criar dois novos ramos internacionalistas, o Marxista (Segunda Internacional) e o Anarquista (influenciado especialmente por Mikhail Bakunin (1814-1876)). A Segunda Internacional acabou também por se dividir em Terceira Internacional (influenciada por Lenine e seguidamente por Estaline) e Quarta Internacional [liderada por Trotsky (1879-1940) e ativa até aos nossos tempos]. Atualmente o sistema de internacionais foi substituído pelo "Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários", coordenado segundo a doutrina Marxista-Leninista.

Beatriz Borges

As ideias expostas no *Manifesto do Partido Comunista* foram interiorizadas por diversos revolucionários dos séculos XIX, XX e XXI, tais como Vladimir Lenine (1870-1924), Rosa Luxemburgo (1871-1919), Mao Zedong (1893-1976), Enver Hoxha (1908-1985) e Fidel Castro (1926-2016), entre outros. Contudo, para cada um destes ideólogos e para cada revolução por eles promovida, surgiu um novo ramo do marxismo e promoveram-se novos conceitos como "revolução espontânea" (Rosa Luxemburgo) ou "revolução cultural" (Mao). É evidente que as ideias marxistas não resultaram em absoluto, pois os afastamentos entre os diferentes ramos nunca permitiram uma aproximação necessária para se alcançar a República Mundial Socialista.

Durante a segunda metade do século XX surgiu uma nova corrente do Liberalismo – o Liberalismo Social –, um movimento político atento às desigualdades económico-sociais, contudo defensor das liberdades individuais e do mercado e opondo-se, assim, à escola marxista. John Rawls é um dos principais teóricos por detrás do Liberalismo Social. Nascido em 1921, Rawls esteve, assim como Marx, atento às desigualdades económicas e sociais e usando a ética kantiana para fomentar os seus ideais e teoria.

Ana Velez e Beatriz Borges

No ensaio *Justiça como Equidade* Rawls define três princípios básicos, com prioridades diferentes, a saber, da maior para a menor:

Daniela Marques

1 - **Princípio da liberdade igual**: a sociedade deve assegurar a máxima liberdade aos cidadãos, desde que seja compatível com liberdade igual para todos os outros cidadãos.

2 - **Princípio da justa igualdade de oportunidade**: todos os cidadãos devem ter acesso a postos e cargos, tanto políticos como laborais, em condições de justa igualdade de oportunidades.

3 - **Princípio da diferença**: distribuição igual da riqueza, exceto se as desigualdades permitirem os maiores benefícios para os mais desfavorecidos.

Ao serem aplicados e respeitados numa sociedade, estes princípios permitiriam, segundo Rawls, a génese da Justiça Social.

Ao analisarmos estas duas teorias expostas, entendemos que, enquanto que a teoria marxista assenta na ação direta e revolucionária, o liberalismo social é reformista, ou seja, não poderia ser aplicado num sistema não democrático, gerando por isso uma exclusividade na teoria de Rawls. A escola marxista clássica também possui exclusividades na aplicação da sua teoria, como por exemplo a pré-existência de um sistema dito capitalista.

Ana Sofia Figueira

Aplicando as duas filosofias à política e à economia, notamos três divergências principais entre elas.

A Questão da Liberdade: Como já referido anteriormente, o marxismo propõe a sobreposição da liberdade coletiva à individual. Na outra face da moeda situa-se a opinião do liberalismo (do latim "líber", ou seja livre). Todos os ramos do liberalismo acreditam que a liberdade individual situa-se acima de qualquer outro princípio, discordando, por isso, de Marx.

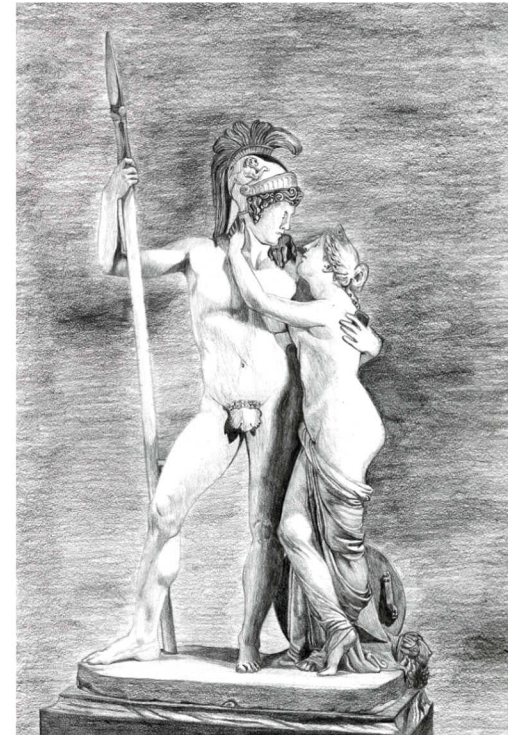
A Questão do Estado: O marxismo defende, numa fase socialista, um Estado intervencionista e posteriormente, na fase comunista, a dissolução desse mesmo Estado. No entanto o liberalismo defende um Estado vitalício, contudo pequeno, ou seja um Estado afastado da esfera privada do ser humano.

A Questão da Economia: Segundo o liberalismo social deve existir um desenvolvimento do setor privado uma vez que para obter a liberdade que o ser humano deseja é necessário existir no sistema económico a liberdade de mercado. Por outro lado, Marx acredita que a mesma liberdade de mercado, defendida pelo liberalismo clássico, é uma das géneses da injustiça socioeconómica.

Segundo uma análise objetiva, as duas teorias possuem limitações, tendo de serem reformuladas para permitirem a sua aplicação nos tempos atuais.

Beatriz Ramos

Sophia Melo

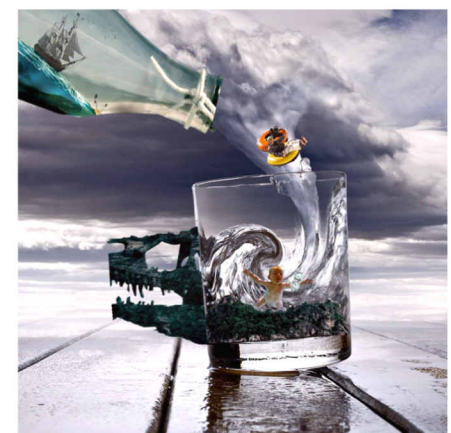
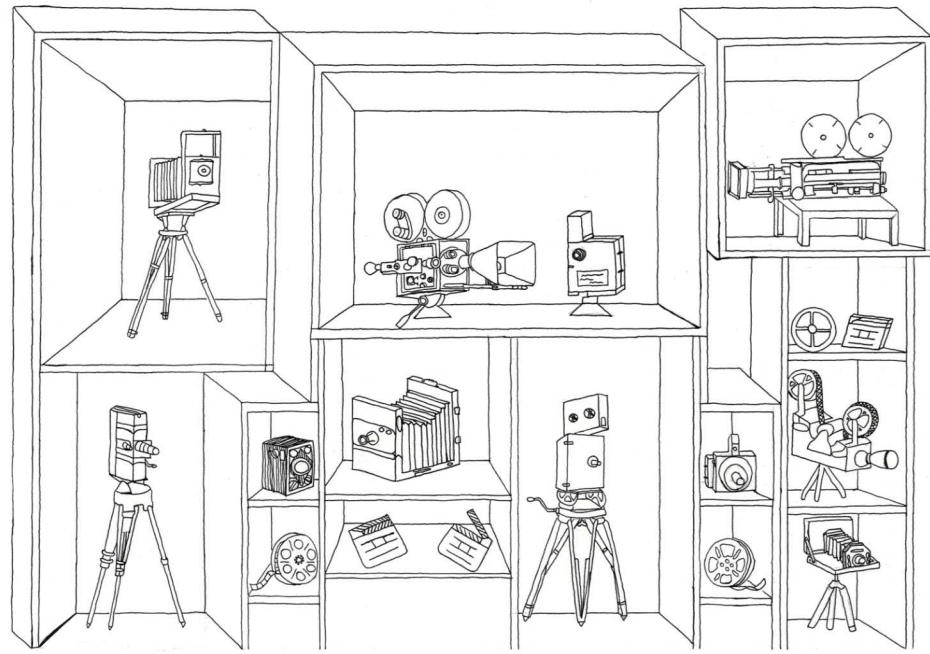
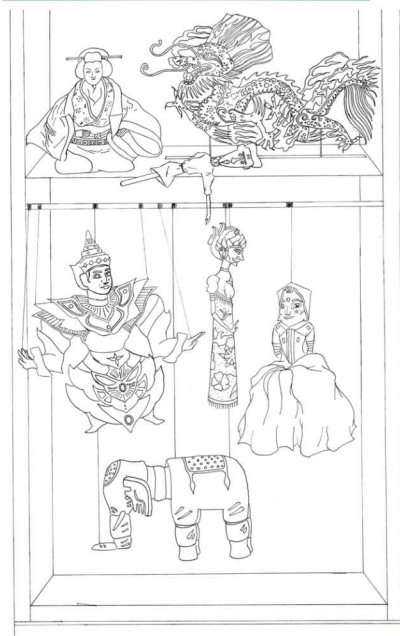
Beatriz Borges

Tomando os fragmentos das duas teorias apresentadas como pontos de partida, creio ser credível que nenhuma das teorias, na sua forma clássica, pode ser aplicada com sucesso à democracia atual. Acredito, pois, que numa sociedade deve ser primeiro aplicada uma teoria reformulada da teoria de justiça de Rawls, preparada para o século XXI, de forma a permitir a equidade e uma ligeira separação entre o Homem e os bens materiais. Se a aplicação da teoria reformulada de Rawls obtiver sucesso é possível então a aplicação de um dos ramos mais democráticos do marxismo como o Eurocomunismo de Gramsci (1891-1937), no caso Europeu, ou a criação de uma corrente marxista totalmente nova, uma nova corrente crítica da economia política baseada nas necessidades do país a que está a ser aplicada.

Em suma, situamo-nos num momento de reflexão sobre as teorias filosófico-politicas, no qual julgamos as teorias do passado e os resultados das suas aplicações de forma a reformulá-las para o futuro, tendo como princípio de base as necessidades de justiça para todas as classes socioeconómicas, sobretudo para as menos favorecidas.

Em2018 passam 200 anos sobre o nascimento de Karl Marx.

Rita Malagueiro

Bibliografia:

- Marx, Karl; Engels, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*, 5.ª Edição, Lisboa: Edições Avante!, 1997.
- Rawls, John – *Justice as Fairness*, consultado em formato pdf em http://philosophyfaculty.ucsd.edu/faculty/rarneson/Courses/RawlsJustice.pdf
- Zedong, Mao – *Quotations from Chairman Mao*, consultado em formato .Pdf em http://campbellmgold.com/archive_definitive/red_book_chairman_mao_1966.pdf

Ana Sofia Figueira

Afonso Araújo

Laura Rua

Direitos Humanos e Diálogo Intercultural

A Declaração Universal dos Direitos Humanos defende a igualdade e dignidade das pessoas e evidencia que os direitos humanos e as liberdades têm de ser aplicadas a cada ser humano.

Carolina Marçal
Érica Gomes
Gesiel Santos
Joana Alves

O que são os Direitos Humanos?

Direitos humanos correspondem ao conjunto de leis e imunidades básicas de todos os seres humanos. Este conceito está ligado à ideia de liberdade de pensamento, de expressão e de isonomia.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos defende a igualdade e dignidade das pessoas e evidencia que os direitos humanos e as liberdades têm de ser aplicadas a cada ser humano. Estes direitos são económicos, sociais, culturais, políticos e direitos difusos e coletivos.

Os direitos humanos são irrevogáveis, intransferíveis e intransmissíveis, ou seja, não podem ser anulados, não podem ser transferidos de uma pessoa para outra, nem serem transmitidos. Por esta mesma razão é representada uma base ética e moral que a sociedade considera essencial respeitar, protegendo a dignidade das pessoas.

Leonor Coelho

História dos Direitos Humanos

Marta Ernesto

Em 539 a.C., Ciro, o primeiro rei da antiga Pérsia, conquistou a Babilónia. Seguidamente, declarou que as pessoas tinham direito a escolher a sua religião e mandou libertar todos os escravos, estabelecendo a igualdade racial. As suas palavras foram documentadas no Cilindro de Ciro, a primeira carta dos direitos humanos conhecida até hoje.

Em 1215, o rei de Inglaterra foi levado a assinar a Carta Magna , o que foi um ponto de viragem na luta pela liberdade. A Carta Magna enumerava vários direitos e dizia que ninguém, incluindo o rei, poderia anular os direitos das pessoas.

Diana Cardoso

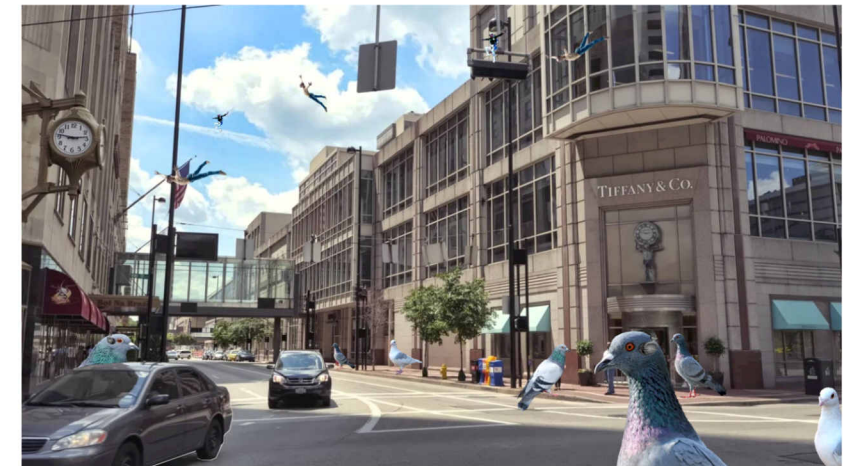
Seguidamente, em 1628, o parlamento Inglês enviou a Petição Britânica de Direitos ao rei. Nessa petição, Sir Edward Coke afirmou quatro princípios, baseando-se em cartas anteriores: "nenhum tributo pode ser imposto sem o consentimento do Parlamento; nenhum súbdito pode ser encarcerado sem motivo demonstrado; nenhum soldado pode ser aquartelado nas casas dos cidadãos; a Lei Marcial não pode ser usada em tempos de paz". Apesar dos esforços, apenas em 1689 foi escrita a Carta Britânica de Direitos.

Antes do rei de Inglaterra perceber que todos os homens são criados com direitos iguais, houve rebeldes britânicos que colonizaram parte da América do Norte e, a 4 de julho de 1776, declararam a sua independência, criando os Estados Unidos da América.

Com a independência dos E.U.A., foi publicada a Declaração da Independência, maioritariamente escrita por Thomas Jefferson. Esta foi impressa em grandes folhas de papel e distribuída pelo povo. A Declaração acentuou os direitos individuais e o direito de revolução, duas ideias que provocaram outros movimentos revolucionários.

Margarida Pinheiro

Seguindo o exemplo dos EUA, os franceses iniciaram, em 1789, uma revolução, tendo uma longa lista de direitos que insistiram serem "leis naturais". Após três semanas da implementação da República, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi adotada pela Assembleia Constituinte Nacional. Esta Declaração tinha o objetivo de promover a igualdade e proibir ações que causavam prejuízos à sociedade.

Apesar disso, em 1800, Napoleão Bonaparte decidiu auto intitular-se imperador do Mundo. Foi derrotado depois pelos países europeus e, por isso, foram escritos acordos internacionais que garantissem direitos que eram cumpridos apenas pela Europa. Como os direitos só tinham de ser respeitados nesse continente, continuaram a existir países europeus a colonizar outros países.

Joana Matos

Em 1915, Mahatma Gandhi liderou protestos na Índia que enfrentavam a violência e insistiu que todas as pessoas na Terra, e não só na Europa, tinham direitos. Finalmente, os europeus concordaram, assinando o Pacto Gandhi-Irwin após dezasseis anos de luta.

Mas, mais uma vez, os esforços para garantir os Direitos Humanos a todos foram desperdiçados. Desta vez, com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais muita gente morreu ou foi ferida e vários crimes contra a humanidade foram cometidos.

Estas atrocidades fizeram com que, em 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial, se formassem as Nações Unidas com o objetivo de promover a paz e prevenir futuras guerras. A vinte e quatro de outubro do mesmo ano, a Carta das Nações Unidas entrou finalmente em vigor. Um ano depois, concordou-se num conjunto de direitos para todos sob a presidência de Eleanor Roosevelt – a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas a dez de dezembro de 1948. Nessa declaração, que ainda hoje está em vigor, está escrito que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos".

Contudo, como a Declaração não é lei, ainda há escravatura, ainda há pessoas iletradas e outras a morrer à fome.

Beatriz Trindade

Direitos Humanos e Relatividade Cultural

O relativismo cultural é uma forma de podermos analisar diferentes sociedades sem uma visão etnocêntrica. Segundo esta teoria, o que é moralmente aceitável é o que é culturalmente aceitável. Esta premissa impede a produção de juízos morais transculturais, pois nenhuma cultura tem o direito de fazer críticas, tanto positivas como negativas, a outras culturas diferentes da sua. Outra consequência desta visão é a existência de algum conformismo, sem progresso moral, pois não existe diálogo entre diferentes culturas.

Isto leva à questão: estaremos nós apenas sujeitos aos direitos da nossa cultura?

Assumindo a posição de um relativista, a resposta à pergunta seria que sim, apenas seriam aplicados os direitos que cada sociedade acha aceitáveis.

Utilizando o exemplo do direito à vida, um dos principais direitos humanos: "Todas as pessoas têm o direito à vida. Ninguém pode ser condenado à morte, nem executado". Este direito é talvez um dos mais polémicos, por haver uma grande discussão sobre se, em determinadas situações, não seria aceitável a pena de morte por crimes graves. Para um relativista, se na Cultura A fosse culturalmente aceitável a morte de um indivíduo, tal inviabilizaria a existência do direito à vida, e os indivíduos dessa cultura

Andreia Reis

não o possuiriam, ainda que, sendo um dos direitos humanos devesse, por definição, ser aplicado a todos os Homens.

Os direitos humanos defendem também que ninguém deve ser rebaixado por diferenças como o sexo, a idade, etnia, religião, etc. No entanto, é comum a existência de muitas discriminações; uma vez mais, pela visão do relativismo cultural, não se poderia julgá-las, uma vez que muitas dessas discriminações são culturalmente aceitáveis.

Assim parece-nos que esta forma de justificação dos juízos e valores morais é, em muitos casos, incompatível com o cumprimento dos Direitos Humanos.

Adriana Proença

Direitos Humanos em Portugal

Portugal está representado em muitos dos tratados de Direitos Humanos a nível regional e universal, como, por exemplo, das Nações Unidas, Organização Internacional do trabalho, UNESCO e Conselho da Europa.

Além disso, a legislação portuguesa inclui leis associadas, pelo menos, aos sete primeiros direitos pertencentes aos trinta direitos humanos.

Apesar disso, ainda existem várias transgressões; inclusive o presidente Marcelo Rebelo Sousa, afirma que Portugal tem "dos mais elevados níveis de respeito" pelos Direitos Humanos, mas existem ainda "limitações", por exemplo, no âmbito da pobreza.

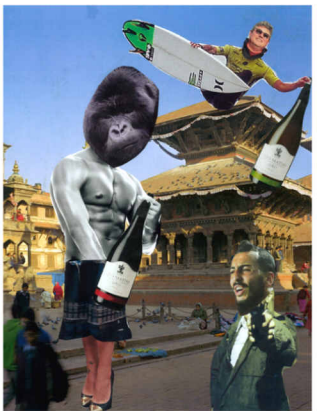
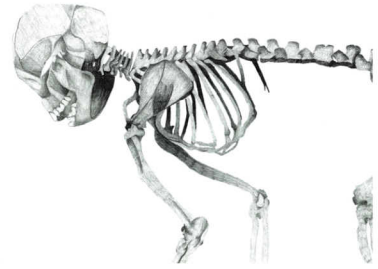
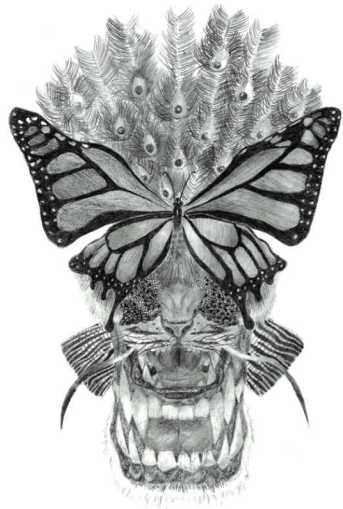
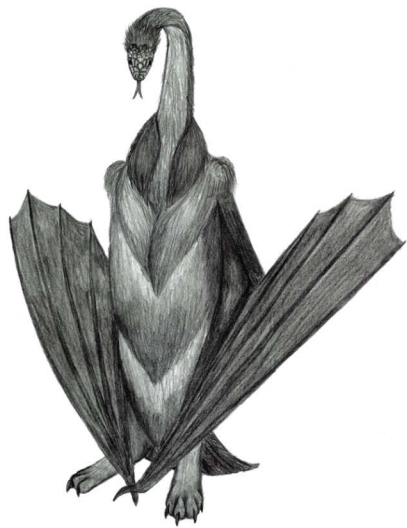
Uma prova é o agravamento, entre 2015 a 2016, de violações de Direitos Humanos em Portugal. Por esta razão, o país ficou em 12.º lugar, em 2016, na tabela dos infratores dos Direitos Humanos, a qual abrange quarenta e sete nações.

Entre 2015 para 2016 aumentaram casos de violação de liberdade de expressão, das condenações de Portugal em julgamentos e ainda o aumento de infrações nesses julgamentos.

Ana Costa

Posteriormente, em 2017, Portugal foi condenado por 10 de 13 acusações pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), incluindo uma ao direito à vida e outra à liberdade de expressão.

No entanto, Portugal mantém uma organização para a defesa dos Direitos Humanos, a chamada Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, fundada em 1923, que propunha a defesa dos princípios de liberdade e justiça enunciados nas Declarações dos Direitos do Homem, proclamados em 1789 e 1793. Posteriormente, em 1989 foi constituída a CIVITAS (Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos).

Recentemente, no dia 17 de fevereiro foi publicado o resumo do relatório do Comité dos Direitos Humanos e a Representante Permanente de Portugal junto do Gabinete das Nações Unidas, Andresen Guimarães, afirmou que várias medidas foram tomadas para responder a questões tais como o uso excessivo da força por agentes de segurança, o trabalho infantil, melhorar as condições de vida da comunidade Cigana, etc.

Sophia Melo e Talita Mendes

Ema Gonçalves

Afonso Araújo

Sophia Melo

As ações de Boko Haram na Nigéria (um exemplo de violação dos Direitos Humanos)

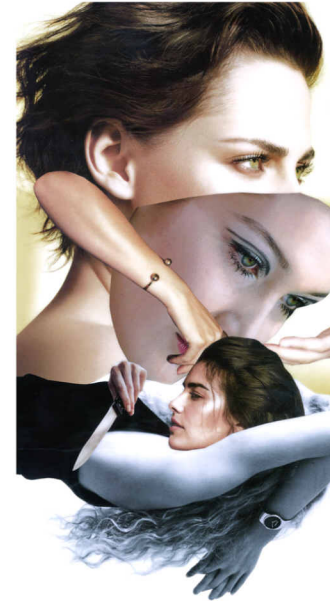
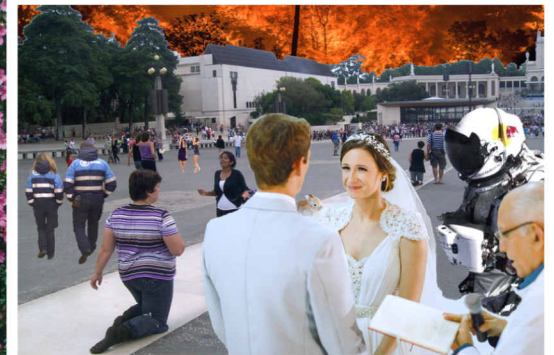
Boko Haram, um grupo terrorista islâmico surgido na Nigéria, tem como objetivo o combate religioso à influência ocidental e implantação radical da lei islâmica, denominada por *Sharia*. Este grupo surgiu em 2002 e fundou-se na cidade de Maiduguri, na Nigéria.
O líder e também fundador, Mohammed Yusuf, foi morto em 2009, após ser capturado por forças militares na Nigéria. Em consequência disso, o grupo tornou-se uma organização militar integralmente radical. Consequentemente, na atualidade, Boko Haram é o maior grupo terrorista alguma vez existente.

O atual líder, Abubakar Shekau, após ter herdado o cetro em 2011, mudou o rumo do grupo em direção à violência extrema. Comandou o sequestro de 200 meninas com idade entre os 16 e 18 anos numa escola de Chibok, na Nigéria. Desde o início dos conflitos, ocorreu a libertação de várias meninas raptadas pelo grupo; todavia, recuperar as 10 mil mulheres e meninas ainda em cativeiro parece impossível.

Mais tarde, em 2015, o grupo ter-se-á declarado dependente do Estado Islâmico. Harleen Gambhir, do centro de estudos norte-americano, Instituto para o Estudo da Guerra, afirma que o juramento de lealdade de Boko Haram para com o Estado Islâmico contribui para aterrorizar a população e provocar o caos.
A situação de violação dos Direitos Humanos na Nigéria é verdadeiramente perturbante. Boko Haram atormenta a população, vivendo esta em constante aflição e ansiedade relativamente ao que este grupo terrorista possa vir a realizar, desde assassinatos e sequestros, a tortura e execução pelas mãos dos militares.

A Amnistia Internacional evidenciou a péssima condição do sistema penitenciário da Nigéria e afirma que as prisões nigerianas estão apinhadas de pessoas cujos Direitos Humanos são sistematicamente violados.

Sitografia (Sites acedidos entre 8 e 17 de fevereiro de 2018):

https://www.significados.com.br/direitos-humanos/
https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/
http://visao.sapo.pt/visaojunior/2016-12-11-O-que-sao-os-direitos-humanos
http://www.politize.com.br/direitos-humanos-o-que-sao/
http://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/brief-history/
https://pt.wikipedia.org/wiki/Relativismo_cultural
https://pt.slideshare.net/LRSR1/relativismo-e-direitos-humanos1
https://www.publico.pt/2017/01/26/sociedade/noticia/condenacoes-de-portugal-por-violacao-de-direitos-humanos-subiram1759758
http://direitoshumanos.gddc.pt/4/IVPAG4_2_4.htm
https://www.unric.org/pt/atualidade/30957-comite-dos-direitos-humanos-avaliou-portugal-participacao-das-mulheres-longe-dos-objetivos-desejados
http://direitoshumanos.gddc.pt/
http://echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=reports&c=#n1347956867932_pointer
http://observador.pt/2017/12/10/marcelo-afirma-que-portugal-tem-dos-mais-elevados-niveis-de-respeito-pelos-direitos-humanos-mas-existem-ainda-limitacoes/
https://www.dn.pt/portugal/interior/tribunal-europeu-dos-direitos-humanos-condenou-portugal-dez-vezes-em2017-9073955.html
https://ligacivitas.wordpress.com/sobre/82-2/
https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga_Portuguesa_dos_Direitos_do_Homem
http://brasilescola.uol.com.br/geografia/boko-haram.htm
https://pt.wikipedia.org/wiki/Boko_Haram
http://observador.pt/2017/09/05/boko-haram-fez-quase400-mortos-desde-abril-diz-amnistia-internacional/
https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-como-surgiu-e-o-que-propoe-o-boko-haram/
https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/internacional/1426274600_855747.html
https://anistia.org.br/noticias/violencia-morte-e-injustica-um-guia-para-iniciantes-em-direitos-humanos-na-nigeria/
http://diversitas.fflch.usp.br/node/123

Beatriz Pinto

Beatriz Borges

Coisas de Mulheres

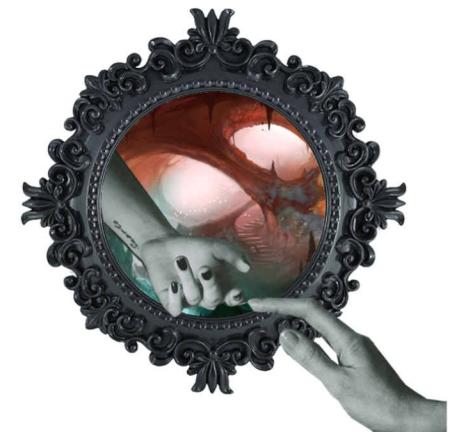
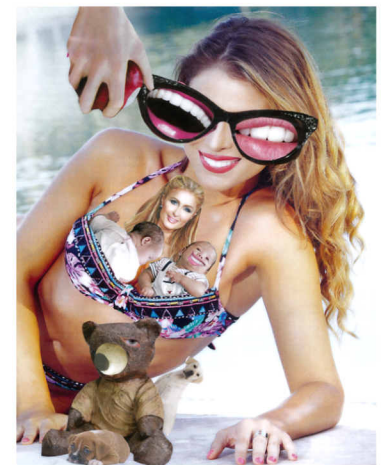
Por mais difícil que seja de acreditar, o feminismo é, apenas e somente, a apologia e defesa da igualdade

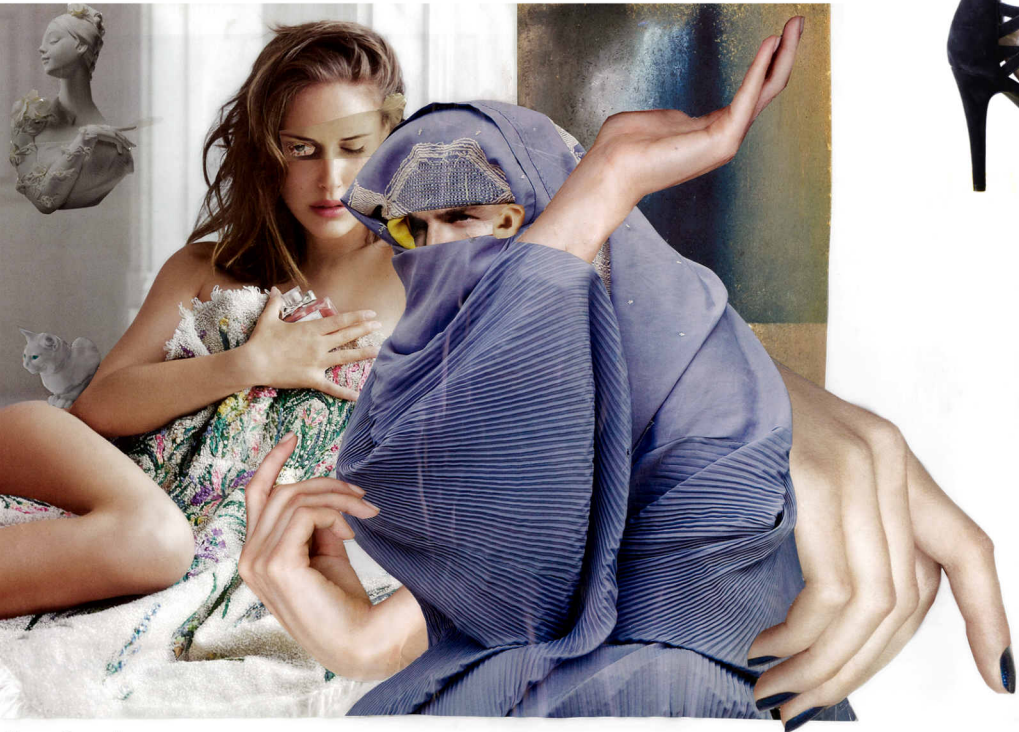
Luzia Lambuça

O mais relevante problema do feminismo talvez seja, por ventura, o próprio feminismo. Este conceito pode já ter andado de cá para lá e de lá para cá no que toca à sua significação, ou à significação que lhe é atribuída, mas tal não invalida que a verdade que se mantém estável é a de que desde sempre, e ainda hoje, a sua definição geral continua a ser constantemente mal interpretada por uma maioria.

Por mais difícil que seja de acreditar, o feminismo é, apenas e somente, a apologia e defesa da igualdade de género.

Ao renegar o feminismo por se crer que este simboliza a ascensão (ou mesmo superioridade) feminina, aqueles que gritam, quase berram, alto e bom som, que as "feminazis" são as novas anarquistas sem lei, terrível perigo, preparadas para destruir o nosso delicado ecossistema baseado no binário, ou mesmo aqueles (e aquelas) que estão simplesmente mal informados e desconhecem que o feminismo se distingue do femismo, e logo é um movimento pela igualdade ao invés de pela supremacia, já estão a admitir que existe, de facto, um desequilíbrio de poder que remete a desvantagem precisamente para o lado das mulheres. Porque são as mulheres que mais precisam (embora não exclusivamente) do feminismo. Porque ainda precisamos de feminismo, em pleno século XXI. Mesmo nos países de "1.º mundo".

São as mulheres que, tantas vezes, recebem menos por igual trabalho. São as mulheres as principais vítimas de violência no namoro. São as mulheres que mais sofrem com o assédio sexual. São as mulheres que, em tantos casos, são impedidas de tomarem decisões acerca do seu próprio corpo. É a feminilidade, e tudo aquilo a ela associado, de gestos a atitudes, roupas ou até brinquedos, que acarreta uma conotação negativa de fragilidade e impotência. Porque embora, atualmente, a mulher ocupe um papel preponderante na sociedade, ainda encontra diversos entraves resultantes da condição que vem com o seu género.

Ana Sofia Figueira

Pedro Mendes

Adriana Proença

Apesar dos motivos da luta se tenham alterado desde os tempos primordiais das primeiras sufragistas, continua-se a adjudicar pela mudança.

Contudo, é necessário ainda não cair na tentação de rejeitar, mesmo que inadvertidamente, a inclusividade, visto que é muito fácil, mesmo dentro do próprio movimento pela igualdade, não ver ou desprezar aquilo que não nos afeta diretamente. A nossa sociedade é propícia a que sejamos egoístas, e passam-nos ao lado as Malalas e Marielles, e tantas outras sem nome e sem rosto, que ainda se têm de revoltar pelo acesso à educação ou contra o uso obrigatório de *hijab*: nelas, reside a verdadeira coragem. Eu nunca enfrentei grandes consequências por me autoproclamar feminista. Mas há quem veja a sua vida em perigo constante pelo simples facto de existir, uma mulher, num mundo que não lhe pertence.

Nunca entendi quem sente a necessidade de tentar criar aliados divulgando a ideia de que o feminismo também beneficia os homens. É óbvio que sim, mas não deveria ser essa a motivação para chamar outros; a ideia radical de que as mulheres merecem direitos, e que a igualdade entre homem e mulher deveria ser um fim a atingir é, ou deveria ser, uma preocupação universal que toca a todos nós. E a todas nós.

O certo é que já percorremos um longo caminho, e ainda há muita estrada para palmilhar. Talvez viva o suficiente para ver onde ela nos vai levar.

Diogo Silva

Catarina Pinto

Diana Gonçalves

Oleksiy Odintsov

Rita Malagueiro

Adriana Proença

Filosofia e Retórica

Os filósofos profissionais distinguem-se pelo modo como refletem. Numa filosofia sistemática, exercida pelos filósofos convencionais, procura-se a coerência, o rigor e a organização de conceitos.

Catarina Rufino

O conceito de Filosofia terá sido criado no contexto da escola criada por Pitágoras (580-500 a.C.) na Antiga Grécia. Desde então, muitos outros Homens se consideraram filósofos ou "amigos do saber" (do sentido etimológico filo, amigo, o que ama ou gosta de, e sofia, sabedoria ou saber). Nomes como Platão, Sócrates, Aristóteles são alguns exemplos de grandes filósofos da antiguidade grega que exerceram grande influência no pensamento ocidental.

Embora a Filosofia não seja uma atividade exclusiva dos filósofos (segundo Karl Popper (1902-1994) todos os "seres humanos são filósofos"), algumas pessoas dedicam-se a ela "mais do que os outros". Os filósofos profissionais distinguem-se pelo modo como refletem. Numa filosofia sistemática, exercida pelos filósofos convencionais, procura-se a coerência, o rigor e a organização de conceitos.

Os nomes acima mencionados, são considerados grandes filósofos pelas suas capacidades de reflexão. O pensamento dos filósofos distingue-se do senso comum por questionarem continuamente, procurando respostas fundamentadas para os problemas que colocam.

Gustavo Pinho

Andressa Meicasa

André Sousa

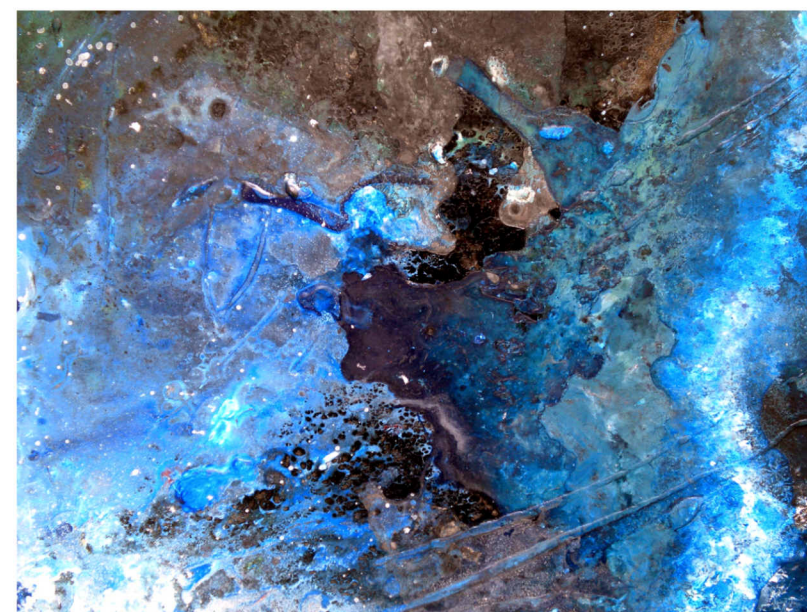
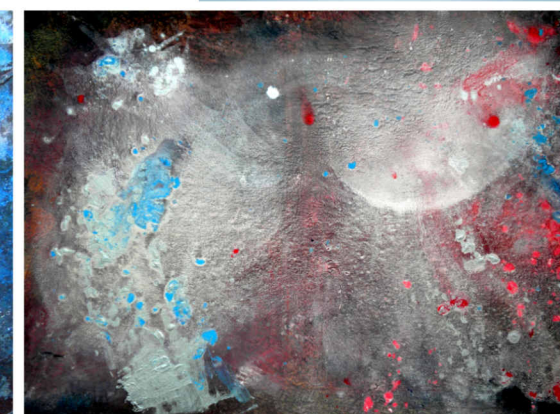
Isabel Gomes

Beatriz Trindade

O desenvolvimento do pensamento filósofo foi estimulado pelo ambiente social e político da Antiga Grécia. Historicamente, a democracia surgiu na Grécia, por volta do século VI a.C.

Uma das maiores mudanças que este novo sistema político permitiu foi a tomada de decisões políticas em público, tendo os cidadãos liberdade para interferir nas decisões públicas através do uso da palavra em assembleias em que qualquer cidadão podia participar. Para tal, os participantes deveriam desenvolver as suas capacidades para persuadir outros de modo a fazerem prevalecer as suas ideias. O uso da retórica e oratória tornaram-se, por isso, nas ferramentas utilizadas para convencer o público.

Nesse quadro, surgiram, por volta do século V a.C., certos 'professores' que instruíam e asseguravam aos jovens uma preparação para a vida pública. Estes professores foram denominados 'sofistas', sendo um dos mais conhecidos Protágoras. A retórica, ou a técnica de persuadir, e a oratória, ou arte de falar em público, eram duas áreas de conhecimento que os sofistas ensinavam, para que posteriormente os seus alunos se pudessem destacar nos tribunais e assembleias. Com a nova condição política, a democracia, o domínio da retórica trazia vantagens para aqueles que queriam influenciar a opinião pública, adquirindo poder.

Assim, a troco de dinheiro, os sofistas ensinavam o poder da retórica. Não pareciam olhar a meios para atingirem os seus fins, não escondendo que a retórica ser usada legitimamente como forma de manipulação, uma ferramenta para levar o público a aceitar uma tese sem uma avaliação critica da mesma. Não viam problema no uso de falácias e no apelo às emoções e sentimentos e em admitir que o que interessa é apenas a manipulação do auditório.

Ângela Aguiar

Ema Gonçalves

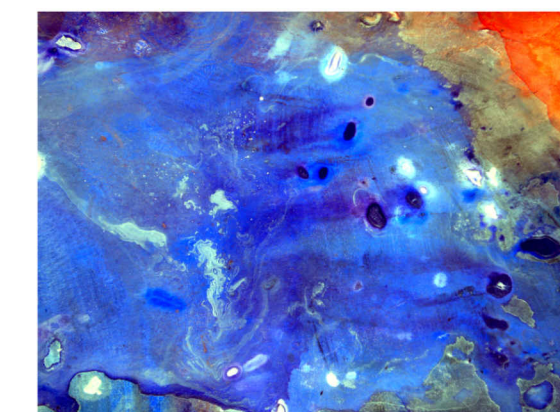
As figuras já mencionadas neste texto, Sócrates, Platão e Aristóteles, discordavam da postura dos sofistas.

Sócrates opõe-se fortemente contra a retórica manipulativa e procurava estimular um pensamento crítico. Um dos objetivos de vida desse filósofo era impulsionar o pensamento crítico das pessoas. Sócrates não acreditava na sabedoria absoluta;. tinha consciência dos limites do conhecimento e do ser humano. O método de Sócrates para combater e proporcionar um pensamento individual era abordar pessoas na rua através do diálogo, questionando-as de modo a que elas próprias percebessem as incongruências dos dogmas em que acreditavam sem terem refletido sobre eles criticamente.

Também Sócrates usava artifícios retóricos, mas com o propósito de "ajudar [as pessoas] a dar à luz ideias próprias (maiêutica) e iluminar as pessoas através do diálogo, pelo qual o filósofo estimulava os interlocutores a refletirem criticamente sobre as suas ideias e a reverem as suas opiniões e a eliminar os preconceitos.

Maria Francisca Timóteo

Como se pode constatar, a abordagem sofista e a de Sócrates são muito distintas. Sócrates recorria ao exame crítico enquanto que os sofistas utilizavam maneiras manipuladoras apenas para persuadir o seu auditório. Esta oposição tem raízes filosóficas mais profundas. Os sofistas defendiam que a possibilidade de conhecer alguma coisa com segurança está vedada aos seres humanos (ceticismo). Por isso, não há opiniões melhores a outras. Todas são igualmente boas. Logo, o que nos resta é a persuasão pura e simples.

Sócrates, pelo contrário, acreditava que nos podíamos aproximar da verdade, no sentido em que está ao nosso alcance um método para eliminar convicções insustentáveis racionalmente. Por isso, faz sentido falar de uma distinção entre o falso do verdadeiro e de um modo de persuadir os outros que não seja totalmente manipulativo.

Anabela Rodrigues

Beatriz Ramos

Ema Gonçalves

A Música e a sua Filosofia

*«A música permite que a criança brinque dentro de nós,
que o monge dentro de nós reze, que o jovem dentro de nós dance
e que o herói dentro de nós supere todos os obstáculos, ou quase todos.» (Don Campbell)*

Diana Guerra

A música e as suas emoções

Alice Derriça

A música é um belo acontecimento de junção de sons que nos permite fazer sorrir, chorar e muito mais. Este tema da relação entre Música e Emoções foi levantado após os criadores de ópera começarem, no século XVII, a valorizar a música como uma fonte de expressão emocional. O alvoroço pela música e as suas emoções continuou quando a música, tal a conhecemos hoje como clássica, emergiu como um género musical muito procurado como tema de análise filosófica no século XVIII. Após estes acontecimentos, muitos filósofos começaram a dedicar-se a responder ao porquê da música provocar estas emoções numa pessoa. Já Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga, exploraram esta questão. Platão chegou à conclusão de que a música tem o poder de produzir estados emocionais no ouvinte, mas Aristóteles não concordou e chegou à conclusão de que a música consegue mimetizar as emoções do compositor e transferi-las para o ouvinte.

Formalismo

A música sempre foi questionada, especialmente na sua capacidade de transmissão de emoções. No século XVIII foi quando, muito provavelmente, este tema foi mais discutido na estética musical. Kant afirmou que a música era uma arte puramente formal. Embora reconhecendo o seu aspeto emocional, não a considerava uma das "Belas-Artes".

Diana Cardoso

Maria Francisca Timóteo

No século XIX desenvolveram-se duas correntes de pensamento: os brahmsianos (Brahms) e os chamados wagnerianos (Wagner). Estes últimos representavam a música ligada à poesia, pois consideravam que a música pura seria uma tontice e só fazia sentido quando estivesse ligada à poesia e à dança. Os seguidores de Brahms defendiam que a música deveria existir como uma pura forma e que a associação de ideias, imagens, sentimentos ou emoções nos desviariam do conjunto das formas musicais, da sua geometria e estrutura, impedindo-nos de chegar ao que realmente a música é.

Grande defensor do formalismo musical de Brahms, Eduard Hanslick (1825-1904) escreveu um importante livro sobre o Belo, embrião da doutrina em que se considera a música como absoluta, enquanto objeto artístico, como uma estrutura sonora puramente formal, sem qualquer significado emocional. «A técnica, em música, não é um modo de expressão dos sentimentos para alcançar o absoluto ou suscitar emoções, mas é a própria música e nada mais.» (Hanslick)

Outros autores, no entanto, consideram que as emoções geradas pela música podem ser consideradas propriedades emocionais inerentes à música, podendo, assim, ser parte integrante da estrutura musical como propriedade própria. Esta perspetiva, defendida por autores mais recentes, tornou-se conhecida como "formalismo aperfeiçoado".

Representação

Talita Mendes

Tem sido um assunto recorrente, sobretudo no período romântico do século XIX, saber se a música é apenas uma combinação abstrata de sons ou uma combinação de sons ligada à realidade física, sentimental e / ou social que nos rodeia, sendo que os apologistas da segunda conceção se sentem comprometidos na reflexão dessa mesma realidade e os primeiros representam uma conceção estética do "belo pelo belo" desligada dessa mesma realidade.

Ana Margrida Rebolo

Há autores que compõem as suas músicas como descrições musicais e pictóricas de paisagens, acontecimentos históricos ou outros, como é o caso de Mussorgsky (compositor russo do século XIX) ao descrever os quadros de uma exposição. Outros, como os impressionistas (Debussy, Ravel - compositores franceses dos séculos XIX e XX) descrevem "impressões pictóricas", como o luar, as vagas do mar, etc. Outros compositores dissociam a música de qualquer pretensão descritiva, mas apenas consideram-na como uma combinação de acordes e harmonias cuja beleza vale por si só.

Palavras e Música

Daniela Costa

As palavras têm estado muitas vezes associadas à música, mas nem sempre isso acontece, como no caso das sinfonias, sonatas e outros géneros musicais.

No início da música, esta servia muitas vezes de acompanhamento a recitais de poesia ou de histórias épicas. Isso aconteceu na Antiguidade. Na Idade Média e até hoje, a música tem estado ligada aos textos religiosos (missas, requiens, etc.). A partir do século XVII, apareceu uma nova ligação profana das palavras à música: a ópera e, no final do século XVIII e no século XIX, no contexto do Romantismo, a canção.

A ligação das palavras à música, além de muitas vezes darem sentido a esta última, foram sempre enriquecedoras e com um enorme potencial de multiplicação do efeito dramático e artístico.

A Obra

A motivação e a génese de criação de uma obra musical são muito variadas e evoluíram ao longo dos tempos. Inicialmente, e até ainda hoje, a obra musical tinha uma função sobretudo social e em muitos casos utilitária: era a forma de perpetuar lendas e narrativas, de expressão do sentimento e acompanhamento dos rituais religiosos, de entretenimento das elites dominantes. A obra musical era quase sempre feita por encomenda.

A partir dos finais do século XVIII, a criação musical começou a ganhar autonomia em relação aos seus patrocinadores e a ser o fruto da inspiração e do talento dos seus autores num ato deliberado e individual de criação artística. Assim tem sido até hoje, apesar de na música dita "ligeira" imperarem as "modas" e o comercialismo.

Ana Ferreira

A Interpretação

A interpretação é muito importante para a valorização da obra musical e daí a importância e a fama que é dada aos intérpretes.

Uma obra musical pode ser valorizada ou desvalorizada pela sua interpretação; é fundamental que o músico compreenda e sinta o que o compositor quis exprimir com a sua obra. Isso consegue-se de vários modos, nomeadamente através do ritmo ("tempo"), intervalos e intensidade sonora que é dada à partitura musical. Os vários instrumentos musicais possuem dispositivos que permitem ao intérprete fazer muitas destas gradações. Assim sendo, não podemos nunca dissociar o sentimento e as emoções da obra musical.

As Recompensas da Música

Beatriz Ramos

A música consegue despertar diversos aspetos e facetas num ser humano, sejam elas emoções, memórias ou até capacidades. A música atinge uma zona do cérebro chamada *nucleus accumbens* que é responsável pelos prazeres de um indivíduo, sejam eles sexuais, alimentares ou outros.

A música é usada frequentemente na reabilitação de pacientes com distúrbios na memória. A musicoterapeuta Cléo Correia explica que a música atinge várias áreas cerebrais, mesmo aquelas que estão comprometidas com funções específicas como a linguagem, memória e área motora. A musicoterapia pode facilitar as aprendizagens, ativar movimentos do corpo e reabilitar a linguagem verbal.

A música consegue alterar o nosso sentido de humor ou acompanhar o nosso estado emocional a um dado momento, pois podemos ouvir uma música bem ritmada para despertarmos de um certo torpor, ou ouvir uma música melancólica para enfatizar um estado de espírito mais deprimido.

A existência de música no nosso dia a dia é não só uma companhia agradável como é, frequentemente, uma necessidade não só de exteriorizar os nossos sentimentos, mas também de promoção das nossas capacidades.

Tanto apreciar como criar música eleva-nos a um estado de reconhecimento do belo e de partilha de emoções de uma forma honesta e despida de preocupações. Defendo, por isso, que todas as instituições de ensino deviam promover, de alguma forma, o ensino ou a partilha da música, quer através de aulas, quer através da existência de um espaço livre onde cada um daria um pouco de si e, em conjunto, se poderiam criar e desenvolver capacidades pessoais e sociais, tendo como pano de fundo a expressão musical.

Daniela Costa

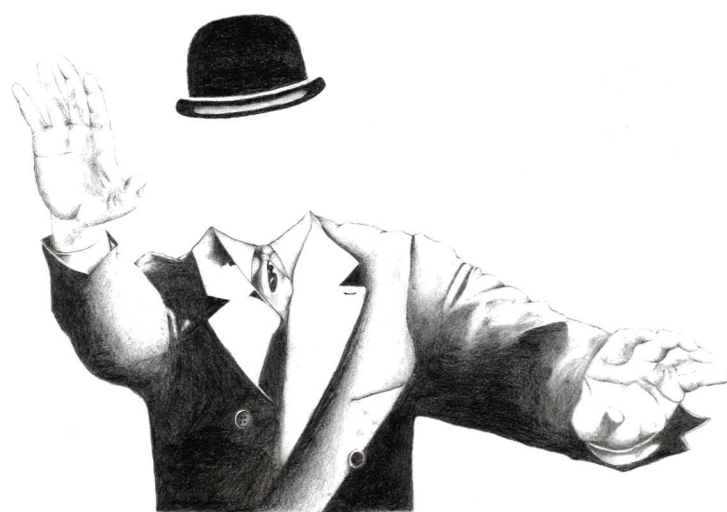
Bibliografia:

- http://slideplayer.com.br/slide/10414258/
- http://noticias.universia.com.br/ciencia-tecnologia/noticia/2013/04/17/1017740/musica-funciona-como-recompensa-intelecto-aponta-pesquisa.html#
- https://criticanarede.com/fildamusica.html
- http://oficinadepsicologia.blogs.sapo.pt/152695.html
- http://espectroinvertido.blogspot.pt/2011/07/o-que-e-arte-perpectiva-formalista-fry.html
- https://books.google.pt/books?id=OvaAWfeAbCYC&pg=PA64&lpg=PA64&dq=hanslick+1951&source=bl&ots=jOD9wFbF2k&sig=2H7JmF_WLwYZi4d-K5R2e0ceFHc&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwizx-K8tJLaAhWFuRQKHeL1CLcQ6AEIKDAA#v=onepage&q=hanslick%201951&f=false
- http://noticias.universia.com.br/ciencia-tecnologia/noticia/2013/04/17/1017740/musica-funciona-como-recompensa-intelecto-aponta-pesquisa.html#

Bruna Carvalho

Pedro Barreiros

Maria Inês Lacerda

Talita Mendes

O que é a Esquizofrenia?

Existem vários tipos de esquizofrenia com sintomas distintos.

Catarina Bulhões, Matilde Castro e Afonso Cyrne

A esquizofrenia é um distúrbio mental crónico caracterizado por um comportamento social fora do comum, em que o sujeito tem dificuldade em distinguir o que é real do que não é.

Como em qualquer outra doença, a gravidade, duração e frequência dos sintomas podem variar; no entanto, em pessoas com esquizofrenia, a frequência de sintomas psicóticos graves geralmente diminui durante a vida do paciente. Não tomar os medicamentos prescritos, o uso de álcool ou drogas e situações stressantes tendem a aumentar os sintomas.

Os sintomas da esquizofrenia aparecem, geralmente, entre 16 e 30 anos. Em casos raros, as crianças também têm esquizofrenia. Existem vários tipos de esquizofrenia com sintomas distintos. Os mais conhecidos são os delírios e as alucinações. Outra das manifestações deste distúrbio é pensamento confuso, um discurso incoerente e um transtorno afetivo. A agitação, o desconforto em determinadas situações e a supressão do contacto com a realidade corresponde a outro tipo de esquizofrenia. O estado mais simples deste distúrbio consiste na ausência dos sintomas referidos anteriormente, manifestando-se apenas pelo afastamento a nível social e pela perda da afetividade. Tradicionalmente, os sintomas dividem-se em três categorias: positivos, negativos e cognitivos.

Beatriz Trindade

Os sintomas "positivos" são comportamentos psicóticos geralmente não reconhecidos em pessoas saudáveis. Pessoas com sintomas positivos podem "perder contacto" com alguns aspetos da realidade. Os sintomas "negativos" estão associados a interrupções nas emoções e comportamentos habitualmente exibidos pelos indivíduos. Os sintomas cognitivos, que podem ser mais subtis ou mais graves, estão ligados a mudanças na memória ou noutros aspetos do pensamento.

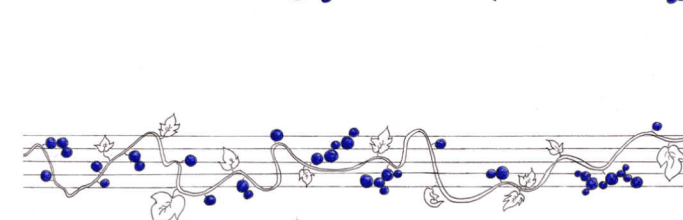
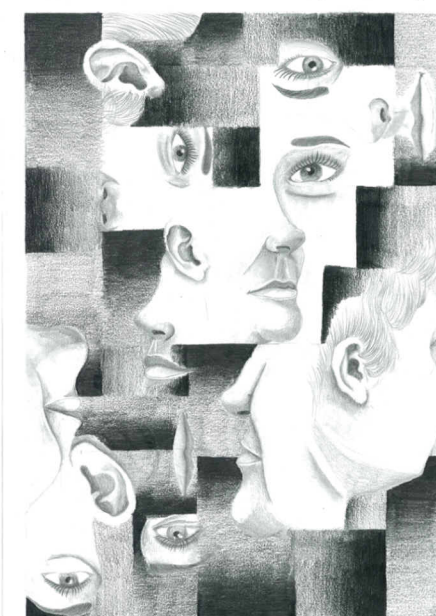
A esquizofrenia aparece, frequentemente, associada a outras patologias, como a depressão e a ansiedade. A perceção dos sintomas torna-se mais acentuada ao longo da evolução da doença no do indivíduo, podendo tornar-se incapacitante. Estima-se que cerca de 1% da população mundial sofre deste distúrbio, sendo que 10% comete suicídio. Estudos demonstram que a esquizofrenia afeta homens e mulheres, mas pode ter um início precoce em homens. As taxas são semelhantes em todos os grupos étnicos.

Quais são as causas da esquizofrenia?

Afonso Araújo

Os especialistas acreditam que tanto os fatores genéticos como os ambientais podem contribuir para o desenvolvimento desta doença. No que diz respeito aos fatores de risco para o desenvolvimento da esquizofrenia, ter um parente com esquizofrenia aumenta o risco para 10%. As probabilidades aumentam para 30 % a 40% se ambos os pais forem esquizofrénicos. Ter um gémeo idêntico com esquizofrenia pode também aumentar o risco. Contudo, embora o fator genético – familiar – pareça ter peso no aparecimento e desenvolvimento desta patologia, há muitas pessoas com esquizofrenia que não têm nenhum membro da família com a doença, e ainda muitas pessoas com um ou mais membros de família com a doença que não a desenvolvem. Alguns especialistas também pensam que problemas durante o desenvolvimento do cérebro antes do nascimento podem levar a conexões defeituosas. O cérebro também sofre grandes mudanças durante a puberdade, e essas mudanças podem desencadear sintomas psicóticos (que podem ser agravados por fatores ambientais, como o consumo de substâncias psicoativas). Os conhecimentos de que hoje dispomos acerca da origem desta patologia ainda não nos permitem dizer, em muitos dos casos, qual foi a sua causa exata; da mesma forma, ainda não é possível usá-los para prever quem desenvolverá esquizofrenia.

Como tratar a esquizofrenia?

Esta patologia deve ser tratada por um psiquiatra, que tem o dever de orientar o paciente e selecionar o medicamento, e a sua respetiva dose, que é mais adequado a cada caso em particular. A psicoterapia é utilizada quando o paciente se encontra estabilizado, ajudando-o a restabelecer o contacto a nível social e a criar hábitos comportamentais que o podem ajudar no dia a dia. É necessário não interromper a medicação e a psicoterapia, sem o consentimento do médico responsável.

Ema Gonçalves

Marta Roque

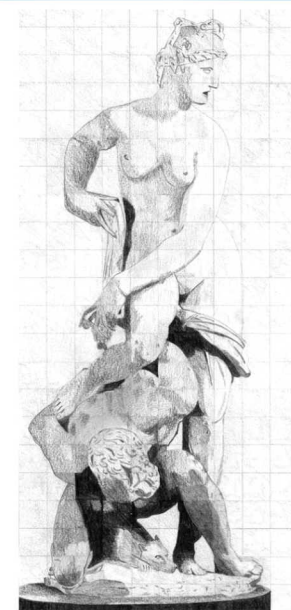
Ao contrário do que muitos pensam, as pessoas que sofrem de esquizofrenia não são dementes nem têm duas personalidades ou personalidade múltipla. A maioria das pessoas com esquizofrenia não são perigosas nem violentas, não são sem-abrigos nem vivem em hospitais. A maior parte das pessoas com esquizofrenia vivem com a família, com amigos, ou por conta própria.

Bibliografia:

- CUF, ''Esquizofrenia'', disponível em: https://www.saudecuf.pt/mais-saude/doencas-a-z/esquizofrenia. Acesso em: 16-11- 2017.
- Wikipédia, ''Esquizofrenia'', 2017, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Esquizofrenia. Acesso em: 16-11- 2017.
- Neto M., Saúde mental, '':: Doenças :: ESQUIZOFRENIA'', 2010, http://www.normaseregras.com/normas-abnt/referencias/. Acesso em: 16-11- 2017.
- S. Charles Schulz, Manual MSD, ''Esquizofrenia'', 2017, disponível em: http://www.msdmanuals.com/pt-pt/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/esquizofrenia-e-transtorno-delirante/esquizofrenia. Acesso em: 17-11-2017.
- Tavares D., Minha vida, ''Esquizofrenia: sintomas, tratamentos e causas'' , disponível em: http://www.minhavida.com.br/saude/temas/esquizofrenia. Acesso em: 17-11-2017.
- Gruffat X., CRIASAÚDE, ''Esquizofrenia'', 2017, disponível em: https://www.criasaude.com.br/N3503/doencas/esquizofrenia.html. Acesso em: 17-11- 2017.
- Entendendo a Esquizofrenia, ''Qual a causa?'', 2017, disponível em: http://entendendoaesquizofrenia.com.br/website/?page_id=129. Acesso em: 18-11- 2017.
- Wikipédia, ''Emil Kraepelin'', 2016, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Emil_Kraepelin. Acesso em: 18-11-2017.

Rita Malagueiro

Diogo Silva

Beatriz Pinto

Catarina Rufino

Até que Ponto nos Conhecemos?

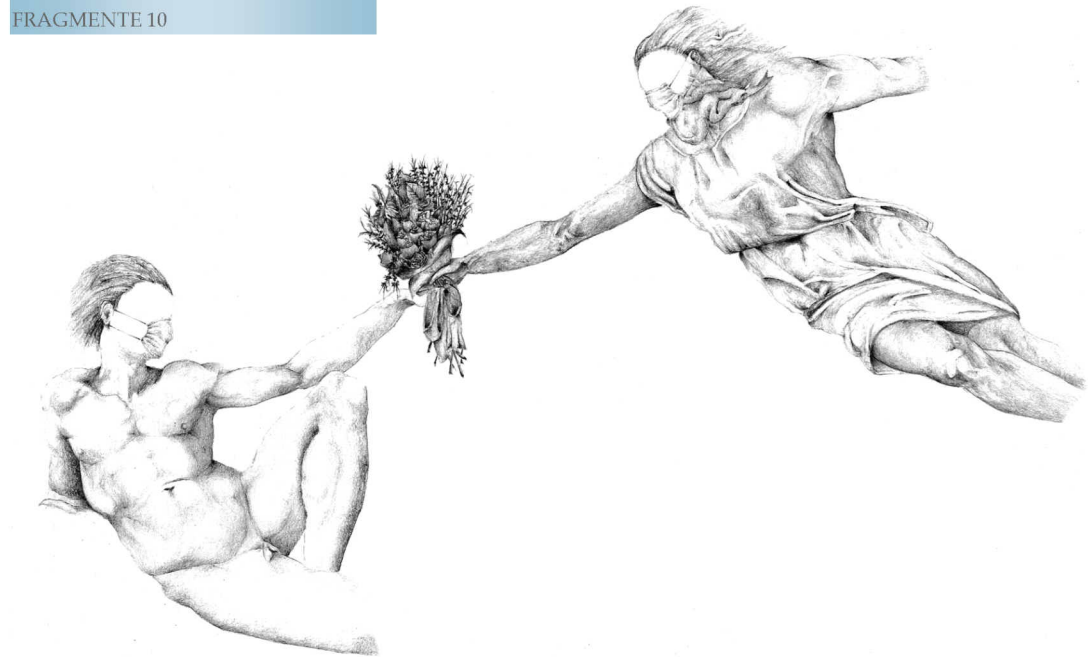
A inteligência intrapessoal refere-se ao facto de o indivíduo poder ter conhecimento sobre quem é e sobre o que sente.

Tiago Marquês

Após séculos de procura pelo autoconhecimento, a que conclusão chegamos? Será que nos podemos mesmo autoconhecer ou esta capacidade está para além do nosso ser?

A inteligência intrapessoal refere-se ao facto de o indivíduo poder ter conhecimento sobre quem é e sobre o que sente. Esta capacidade engloba uma série de aspetos, como: ter uma imagem precisa de si mesmo, reconhecer as suas virtudes e defeitos, ter consciência dos seus estados de espírito, saber quais são as suas intenções e aquilo que verdadeiramente o motiva. Estes elementos do autoconhecimento favorecem por sua vez a disciplina e a autoestima.

Muitos estudiosos afirmam que esta inteligência pode ser alcançada, sublinhando, para o efeito, a importância do lóbulo frontal, a parte do cérebro que é responsável pelo pensamento lógico, pelo controlo do comportamento e pelo desenvolvimento da personalidade. A inteligência intrapessoal centra-se na informação que provém de nós mesmos, ou seja, da nossa experiência pessoal, por exemplo, das nossas próprias ações, da motivação que temos e sentimos e como agimos. Mas nem toda a gente consegue alcançar o autoconhecimento pois em vez de procurarem uma conexão emocional consigo próprios, muitos indivíduos optam por ignorar o que são por algum motivo, como por exemplo o medo de sofrer.

Gustavo Pinho

Maria Inês Lacerda

Freud, o pai da Psicanálise, também reflete acerca deste assunto, afirmando que o autoconhecimento é difícil porque a mente humana tem um elemento irracional, o inconsciente, que é responsável por muitos aspetos da nossa personalidade. Freud propôs uma série de técnicas, como a hipnose, numa 1ª fase, a associação livre de ideias e a interpretação dos sonhos, entre outras, com o objetivo de aceder a essa dimensão obscura da mente e compreender o seu funcionamento. Através de um complexo processo terapêutico (terapia psicanalítica), centrado na interpretação do que o sujeito diz e faz, o indivíduo poderá, com a ajuda do psicanalista, interpretar-se a si próprio, saber quem é, na realidade, e quais são suas verdadeiras motivações, ou seja, será capaz de ter autoconhecimento.

Sophia Melo

Muitos séculos antes de Freud, já o filósofo grego Sócrates nos quis dar a conhecer a sua preocupação com esta questão, expressa na famosa frase "Conhece-te a ti mesmo", lançada como um desafio. Ou seja, Sócrates defendia que nós nos devemos ocupar menos com as coisas materiais e exteriores (riqueza, fama, poder) e passarmos a ocupar-nos com nós mesmos, com o que somos interiormente.

Poderia objetar-se: com que propósito deveria ocupar-me comigo mesmo? Porque é o caminho que me permite ter acesso à verdade. Mas que tipo de verdade? Obviamente que não é uma verdade qualquer, tal como a fórmula química da água, mas a verdade que é capaz de nos dar a conhecer o nosso verdadeiro ser e que nos permite tornar naquilo que somos. Só quando me conheço a mim mesmo posso modificar a minha relação para comigo, com os outros e com o mundo.

Alice Derriça

Hoje, infelizmente, estamos distantes dessa perspetiva que Sócrates nos anunciou.

Quando nos perguntamos "Para que necessitamos de produzir conhecimento?", a resposta comum é "Para aumentar infinitamente o nosso conhecimento". Entramos, assim, numa corrida sem fim, e raramente nos questionamos se isto está realmente a trazer os benefícios prometidos, pois acabamos mergulhados em preocupações como a nossa aparência e o consumo, pensamos estar a cuidar de nós mesmos, quando na verdade estamo-nos a perder nas coisas. É necessário o autoconhecimento para não nos "afogarmos" e não perdermos o nosso controlo sobre nós mesmos. Claro que não vamos encontrar toda verdade dentro de nós mesmos, mas, pelo menos, a única verdade capaz de salvar-nos. Reflexões como as de Sócrates ou de Freud, mostram-nos que continuamos a ser para nós um enigma. É evidente que hoje temos muitos conhecimentos sobre o funcionamento do cérebro humano, mas ainda nos continuamos a perguntar quem somos e porque precisamos do (auto)conhecimento.

Marta Roque

Na minha opinião, também como Sócrates, acho que devemos desfazer-nos de coisas como a riqueza, a fama e o poder. Esta minha perspetiva acentuou-se após experiência de vida que tive quando fui a Taizé, uma pequena aldeia cristã situada em França que abriga jovens de todas as partes do mundo durante todo o ano, sendo estes religiosos ou não, e que nos ensina a viver em comunidade. Nesta coletividade tínhamos a opção de fazermos uma semana de silêncio num local onde apenas estariam pessoas que tivessem optado por fazer o mesmo. Hoje arrependo-me de não ter participado nessa experiência, mas tive o prazer de conhecer quem a tivesse feito e, do que me foi descrito, é uma fonte de autoconhecimento, é uma forma de nos livrarmos do ruído de todos os rótulos que enchem as nossas vidas e vivermos apenas conscientes daquilo que pensamos ser. Por exemplo, um aluno conta uma piada a um amigo, depois de uma gargalhada este adjetiva-o como engraçado - estes adjetivos/rótulos que as pessoas nos dão, são inconscientemente introduzidos no nosso ser, com o decorrer da vida, e começamos a agir conforme o ambiente em que estamos, deixando de ser a pessoa que somos.

Talita Mendes

De um modo geral, penso que o autoconhecimento é alcançável, mas nem todos o queremos ou conseguimos, acabado por nos "afogar" ou "perder" na imagem que os outros têm de nós; o autoconhecimento seria possível se tivéssemos por hábito fazer reflexões e introspeções profundas.

Matilde Shaw

Bibliografia:

http://profmanoelito.blogspot.pt/2011/09/conhece-te-ti-mesmo-socrates-e-nossa.html
https://conceitos.com/autoconhecimento/
https://conceitos.com/inteligencia-intrapessoal/

Catarina Pinto e Rita Malagueiro
Modelo: Rita Malagueiro

Será possível conhecermo-nos na totalidade?
Um confronto entre o Humanismo e a Psicanálise

"Conheceram-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi- me.
Quando quis tirar a máscara,
Estava pegada à cara."

Álvaro de Campos (F.P.)

Catarina Pinto e Rita Malagueiro
Modelo: Rita Malagueiro

Mariana Reynolds

No nosso dia-a-dia damos connosco a usar diferentes máscaras dependendo da situação em que nos encontramos, das pessoas com quem estamos ou do ambiente que nos rodeia. Usamo-las para agradar aos outros, para sentirmos que pertencemos a qualquer coisa ou porque temos medo de nos revelarmos como realmente somos. Mas quem somos realmente?

O Humanista Carl Rogers acredita que cada indivíduo tem uma capacidade natural para a autorrealização, isto é, para a realização do potencial pessoal. Mas, de acordo com a teoria da hierarquia das necessidades / pirâmide de Maslow, outro Humanista, os quatro primeiros patamares correspondentes às necessidades de défice que têm de ser integralmente satisfeitos antes que o sujeito se possa ocupar do topo da pirâmide – a autorrealização. As necessidades de défice (os quatro primeiros patamares) são mais prementes do que as necessidades de ser. Desta forma, apenas uma pequena percentagem de seres humanos atinge o patamar de realização e crescimento pessoal, que lhe proporcionaria o conhecimento de si.

Diogo Silva

Izabelli Pincelli

Rogers crê que o processo de autoconheciemto é contínuo, que o ser humano tem em si mesmo uma orientação que o impele ao desenvolvimento e, consequentemente, ao crescimento pessoal – tendência atualizante. Contudo, os indivíduos são, muitas vezes, incongruentes consigo próprios: nem sempre o eu ("self") coincide com o sujeito que quer ser ("Ideal Self") e/ou com a imagem que deixa transparecer aos outros ("self image"). Esta incongruência deriva do desejo de agradar a terceiros, a exigências sociais ou a expetativas pessoais irrealistas. O objetivo de vida de cada um é, então, "ser a pessoa que realmente é" tornando compatíveis o "Self", a "self image" e o "ideal self", alcançando num conhecimento genuíno de si próprio. É com este propósito que Rogers desenvolve a terapia centrada no cliente, acreditando que o cliente poderá viver uma vida plena, consciente, capaz de apreciar todas as experiências vividas, aberto tanto a sentimentos positivos como negativos, com liberdade de fazer escolhas sem inibições, ter confiança nos seus comportamentos e sentimentos, ser espontâneo e criativo, tentando, continuamente, maximizar o próprio potencial.

Freud, por outro lado, atribui ao ser humano pouca capacidade de mudança, uma vez que as suas teses apontam para um determinismo psíquico. Freud nega ao Homem o livre arbítrio, e põe em causa a sua capacidade de se transformar. O Homem está preso ao passado e a instintos primitivos que não consegue controlar. O ser humano é dominado pelo inconsciente, por pulsões sexuais e agressivas e por traumas da infância. A primeira infância é, para a psicanálise, uma idade decisiva e a ocorrência de problemas na superação dos estádios de desenvolvimento psicossexual determinará a nossa personalidade futura.

Diogo Silva, Marta Roque, Beatriz Pinto e Oleksiy Odintsov
Modelo: Diana Gonçalves

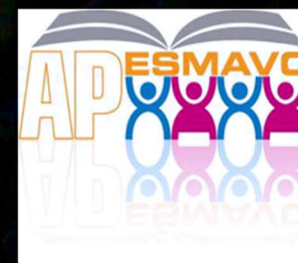
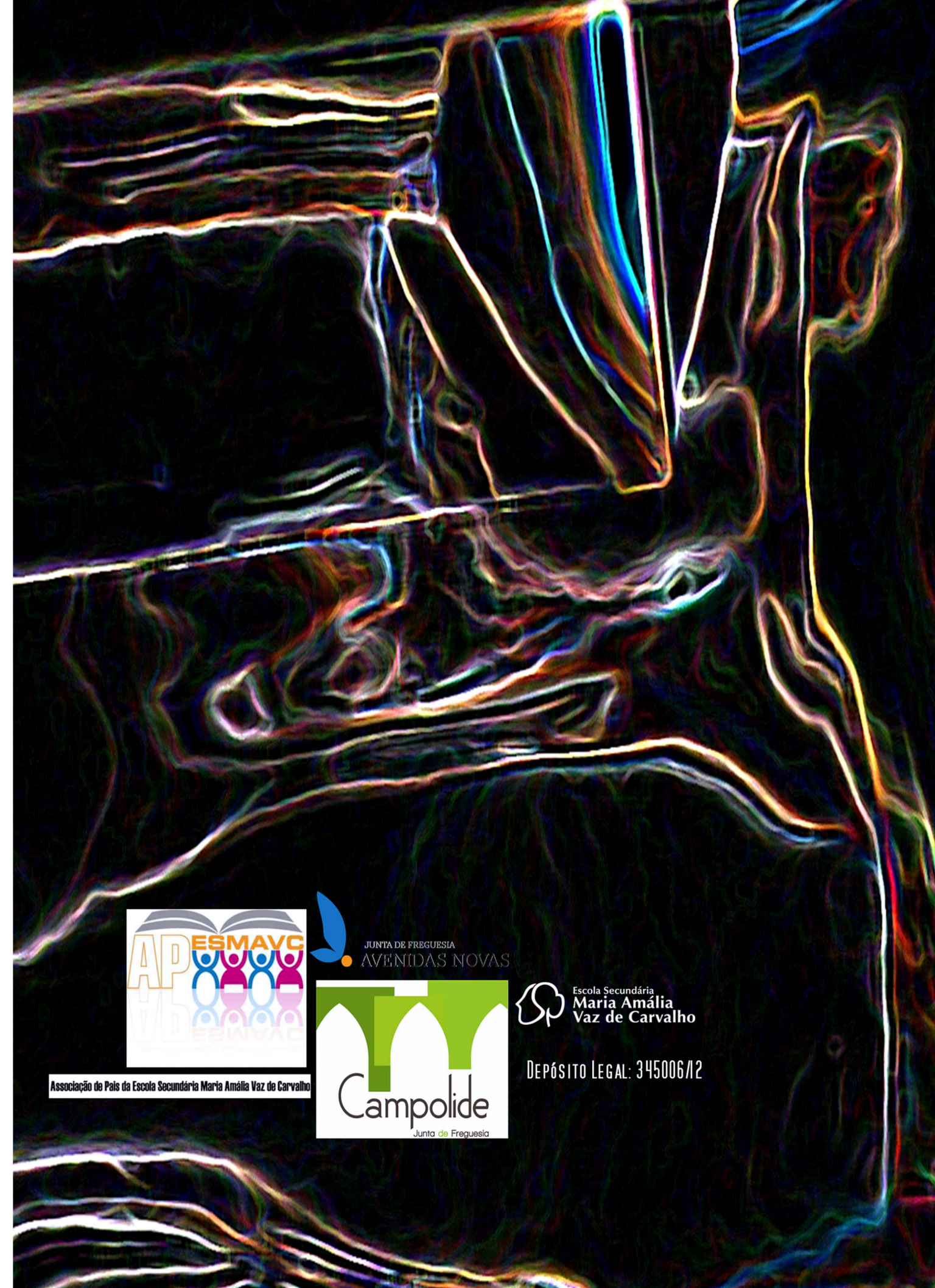
Sophia Melo

De acordo com a estrutura tripartida da mente humana, proposta por Freud, vivemos constantemente em conflito interno. Se, por um lado, temos o Id que prescinde da lógica e da racionalidade e procura a todo o custo satisfazer as suas pulsões, regendo-se pelo princípio do prazer; por outro, temos o Superego, o nosso Eu Moral, a censura interior construída a partir da aprendizagem das normas e dos valores sociais, que tenta suprimir a expressão do Id. Entre os dois, no papel de moderador, o Ego, que refreia a realização imediata dos desejos do Id e lhes facilita a realização, respeitando o princípio da realidade. Como se vê, esta barreira da censura não esteve sempre presente. Somente enquanto crianças, pudemos observar / revelar o Id no seu âmago, sem censuras ou refreamentos. Somos egoístas, interesseiros, narcisistas, maus… Será essa a verdadeira essência humana que recalcamos continuamente? E o que seríamos sem esse recalcamento? A teoria Freudiana vai ao encontro da afirmação de Nietzsche: "Cada um é o ser mais distante de si mesmo" e parece negar a possibilidade de autoconhececimento.

O método da psicanálise proporciona ao paciente a libertação de tensões e ansiedades ao relembrar um acontecimento traumático infantil, mas não defende o processo de realização pessoal. Há uma estagnação pessoal negativista ao afirmar que somos o que somos, sem hipótese de transformação. Por essa razão não creio no determinismo psíquico de Freud mas sim na tendência atualizante de Rogers. Contudo, não acho que sejamos capazes de nos compreender a nós mesmos na totalidade porque estamos sempre a mudar, sempre a crescer e a surpreender-nos a nós próprios a todo o momento.

Ana Costa

Bibliografia:

- Catarina Pires, Sara Brandão – " Nós" - Psicologia - 12.º ano.

APESMAVC
Associação de Pais da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
JUNTA DE FREGUESIA AVENIDAS NOVAS
Campolide Junta de Freguesia
Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
Depósito Legal: 345006/12